

MERCADOS

Bolsa sobe, com alívio nos juros após Brent voltar a nível pré-guerra

CAROLINE ARAGAKI/AE

A Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) renovou sucessivas máximas na tarde desta sexta-feira, e chegou a apagar pontualmente as perdas do mês de junho, descolando-se do sinal negativo de Nova York. O Brent voltou a operar em níveis pré-guerra e o WTI fechou abaixo de US\$ 70 por barril, o que fortaleceu a tese de que há menos motivos para se preocupar com a inflação e, portanto, maiores chances de que o Copom traga ao menos mais um corte de 0,25 ponto porcentual na taxa Selic.

O Ibovespa (Índice Bovespa) fechou em alta de 0,76%, aos 173.295,14 pontos, avançando 2,95% na semana e 7,55% no ano, além de reduzir a queda no mês de junho para 0,28%. O giro financeiro somou R\$ 23,7 bilhões, quando a referência da B3 chegou a cair 0,50% na mínima, aos 171.123,94 pontos, pela manhã e a subir 1,15% na máxima, aos 173.964,94 pontos, à tarde.

Depois de renovar sucessivas máximas, principalmente com a força de grandes bancos, os ganhos da Bolsa brasileira acabaram limitados pela queda superior a 1% das ações da Petrobras, na esteira da commodity, e do setor de mineração e siderurgia, que ignorou a alta do minério de ferro.

Na mesma linha, a sócia advisor da Blue3 Investimentos, Bruna Centeno, considera que a sinalização da Apple e da Microsoft de que podem continuar aumentando o preço de seus produtos, por causa da falta de chips de memória,

e relatos de um possível adiamento do IPO da OpenAI fazem com que os mercados globais voltem a olhar para o Brasil como uma alternativa, após boom recente de busca por empresas de tecnologia.

O petróleo fechou em queda e acumulou recuo de quase 10% na semana, com a normalização do fluxo marítimo no Estreito de Ormuz e o aumento da oferta de petróleo iraníno no mercado global.

No cenário micro, destaque para alta em bloco do setor financeiro - líquido e que costuma chamar a atenção do investidor estrangeiro, puxado por Bradesco ON (+1,82%). A ponta positiva do Ibovespa, contudo, seguiu concentrada em ações cíclicas, como Totvs (+5,63%) e Lojas Renner (+3,1%).

DÓLAR

O dólar apresentou leve queda nesta sexta-feira, acompanhando o sinal predominante de baixa da moeda americana no exterior, embora alguns pares emergentes do real tenham se depreciado.

Depois de mínima a R\$ 5,1563, pela manhã, a divisa reduziu o ritmo de baixa ao longo da tarde. Após operar ao redor de R\$ 5,17 na segunda etapa de negócios, fechou em baixa de 0,2%, a R\$ 5,1676, mas terminou a semana com ligeira valorização (0,05%) A moeda americana avança 2,47% frente ao real em junho, após valorização de 1,82% no mês passado. No ano, as perdas, que chegaram a superar dois dígitos no início de maio, quando a taxa de câmbio rondava R\$ 4,90, agora são de 5,86%.

TESOURO

Dívida Pública sobe 2,66% em maio e supera R\$ 9 trilhões

WELLTON MÁXIMO/ABRASIL

A emissão forte de títulos vinculados à Taxa Selic (juros básicos da economia), fez a Dívida Pública Federal (DPF) subir em maio e superar a barreira dos R\$ 9 trilhões. Segundo números divulgados nesta sexta-feira pelo Tesouro Nacional, a DPF passou de R\$ 8,798 trilhões em abril para R\$ 9,033 trilhões no mês passado, alta de 2,66%.

Em agosto do ano passado, o indicador havia superado a barreira de R\$ 8 trilhões. Apesar da alta, a dívida pública está dentro do previsto. De acordo com o Plano Anual de Financiamento (PAF), apresentado em janeiro, o estoque da DPF deve encerrar 2026 entre R\$ 9,7 trilhões e R\$ 10,3 trilhões.

A Dívida Pública Mobiliária (em títulos) interna (DPMFi) avançou 2,72%, passando de R\$ 8,462 trilhões em abril para R\$ 8,692 trilhões em maio. No mês passado, o Tesouro emitiu R\$ 135,61 bilhões em títulos a mais do que resgatou, principalmente em papéis ligados à Selic. A alta foi reforçada pela apropriação de R\$ 94,17 bilhões em juros.

Por meio da apropriação de juros, o governo reconhece, mês a mês, a correção dos juros que incide sobre os títulos e incorpora o valor ao estoque da dívida pública. Com a Taxa Selic (juros básicos da economia) em 14,25% ao ano, a apropriação de juros pressiona o endividamento do governo.

No mês passado, o Tesouro emitiu R\$ 166,23 bilhões em tí-

tulos da DPMFi, volume recorde para todos os meses desde o início da série histórica. O principal fator foi a substituição de títulos vinculados à Selic que venceram em março, mais o lançamento que atende à demanda dos investidores em maio.

Os resgates em maio somaram R\$ 30,62 bilhões, baixo para os padrões do Tesouro Nacional. Isso porque tradicionalmente o segundo mês de cada trimestre concentra pouco vencimento de títulos.

A Dívida Pública Federal externa (DPFe) subiu 1,28%, passando de R\$ 335,88 bilhões em abril para R\$ 340,49 bilhões em maio. O principal fator foi a alta de 1,37% do dólar no mês passado.

COLCHÃO

Após quedas nos últimos meses, o colchão da dívida pública (reserva financeira usada em momentos de turbulência ou de forte concentração de vencimentos) subiu. Essa reserva passou de R\$ 1,091 trilhão em abril para R\$ 1,211 trilhão em maio, o maior nível desde novembro de 2025. O principal motivo, segundo o Tesouro Nacional, foram as emissões superiores aos resgates no mês passado.

Atualmente, o colchão cobre 9,14 meses de vencimentos da dívida pública. Nos próximos 12 meses, está previsto o vencimento de R\$ 1,804 trilhão em títulos federais.

COMPOSIÇÃO

Com a forte emissão de títu-

los vinculados à Selic, a composição da DPF variou da seguinte forma de abril para maio:

- Títulos vinculados a Selic: 48,59% para 48,99%;
- Títulos corrigidos pela inflação: 26,76% para 26,26%;
- Títulos prefixados: 20,85% para 21%;
- Títulos vinculados ao câmbio: 3,8% para 3,75%.
- O PAF prevê que os títulos encerrarão o ano nos seguintes intervalos
- Títulos vinculados a Selic: 46% a 50%;
- Títulos corrigidos pela inflação: 23% a 27%;
- Títulos prefixados: 21% a 25%;
- Títulos vinculados ao câmbio: 3% a 7%.

Normalmente, os papéis prefixados (com taxas definidas no momento da emissão) indicam mais previsibilidade para a dívida pública, porque as taxas são definidas com antecedência. No entanto, em momentos de instabilidade no mercado financeiro, as emissões caem porque os investidores pedem juros muito altos, que comprometeria a administração da dívida do governo.

Em relação aos papéis vinculados à Selic (juros básicos da economia), esses títulos estão atraindo o interesse dos compradores por causa dos juros altos definidos pelo Comitê de Política Monetária do Banco Central (Copom). A dívida cambial é composta por antigos títulos da dívida interna corrigidos em dólar e pela dívida externa.

PRAZO

O prazo médio da DPF caiu de 4,12 para 4,07 anos. O Tesouro só fornece a estimativa em anos, não em meses. Esse é o intervalo médio em que o governo leva para renovar (refinanciar) a dívida pública. Prazos maiores indicam mais confiança dos investidores na capacidade do governo de honrar os compromissos.

DETENTORES

A composição dos detentores da Dívida Pública Federal interna ficou a seguinte:

- Instituições financeiras: 31,54% do estoque;
- Fundos de pensão: 22,92%;
- Fundos de investimentos: 21,74%;
- Não-residentes (estrangeiros): 10,14%;
- Demais grupos: 13,67%.

Com a maior tensão no mercado financeiro em maio, com a guerra no Oriente Médio, a participação dos não residentes (estrangeiros) caiu em relação a abril, quando estava em 10,38%. Quanto maior a fatia de estrangeiros na dívida interna, maior a confiança no Brasil.

Por meio da dívida pública, o governo pega dinheiro emprestado dos investidores para honrar compromissos financeiros. Em troca, compromete-se a devolver os recursos depois de alguns anos, com alguma correção, que pode seguir a taxa Selic (juros básicos da economia), a inflação, o dólar ou ser prefixada (definida com antecedência).

PLANEJAMENTO

Governo Lula avalia aumentar teto do MEI para R\$ 140 mil

PEDRO PEDUZZI/ABRASIL

O governo federal estuda elevar o limite de faturamento do microempreendedor individual (MEI) dos atuais R\$ 81 mil para a faixa entre R\$ 130 mil e R\$ 140 mil por ano, informou nesta sexta-feira o ministro do Planejamento e Orçamento, Bruno Moretti.

Segundo ele, a proposta deve ser enviada ao Congresso nos próximos dias pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, com o objetivo de recompor a inflação acumulada ao longo de quase uma década sem reajustes.

A mudança no valor deverá ser implementada de forma escalonada entre 2027 e 2028, de forma a evitar comprometer o equilíbrio das contas públicas.

“Esta é uma pauta legítima, porque o teto [do MEI] está estagnado desde 2018. Estamos trabalhando com a perspectiva de atualizar esse teto para um patamar entre R\$ 130 e 140 mil, que é mais ou menos a reposição da inflação”, disse Moretti ao garantir que tudo será feito levando em conta a questão da responsabilidade fiscal.

BANCO CENTRAL

Déficit em contas externas foi R\$ 3,2 bilhões no mês de maio

ANDREIA VERDÉLIO/ABRASIL

As contas externas do Brasil tiveram saldo negativo de US\$ 3,185 bilhões em maio, informou nesta sexta-feira o Banco Central (BC). O valor representa uma estabilidade em relação ao registrado no mesmo mês de 2025, quando o déficit alcançou US\$ 3,318 bilhões nas transações correntes, que se referem às compras e vendas de mercadorias e serviços e transferências de renda com outros países.

Em maio deste ano, houve aumento de US\$ 514 milhões no superávit da balança comercial de bens, com altas de 6,4% nas exportações e de 5,9% nas importações.

O déficit em serviços - viagens, transporte, aluguel de equipamentos, serviços de telecomunicação e de propriedade intelectual, entre outros -

também subiu US\$ 543 milhões, enquanto o déficit em renda primária - pagamento de lucros e dividendos de empresas, além de juros e salários - e o superávit em renda secundária - gerada em uma economia e distribuída para outra, como doações e remessas de dólares - mantiveram-se em patamares semelhantes àqueles observados em maio de 2025.

Nos 12 meses encerrados em maio, o resultado negativo nas transações correntes somou US\$ 64,143 bilhões, o que corresponde a 2,6% do Produto Interno Bruto (PIB), indicador da soma dos bens e serviços produzidos no país. Em relação ao período equivalente terminado em maio de 2025, houve redução no déficit; naquele mês, o resultado em 12 meses foi negativo em US\$ 75,252 bilhões, ou 3,52% do PIB.

INVESTIMENTOS

De acordo com o BC, as transações correntes apresentam cenário bastante robusto e têm tendência de redução no déficit em 12 meses desde setembro de 2025. Além disso, o resultado negativo das contas externas está financiado por capitais de longo prazo, principalmente pelos investimentos diretos no país (IDP), que têm fluxos e estoques de boa qualidade.

O IDP somou US\$ 7,974 bilhões em maio deste ano, ante US\$ 3,863 bilhões em igual mês de 2025.

Quando o país registra saldo negativo em transações correntes, precisa cobrir o déficit com investimentos ou empréstimos no exterior. A melhor forma de financiamento do saldo negativo é o IDP, porque os recursos são aplicados no setor produtivo e costumam

ser investimentos de longo prazo.

Em 12 meses até maio, esses investimentos diretos ficaram em US\$ 83,312 bilhões (3,38% do PIB), ante US\$ 79,201 bilhões (3,27% do PIB) no mês anterior e US\$ 71,592 bilhões (3,35% do PIB) no período encerrado em maio de 2025.

No caso dos investimentos em carteira no mercado doméstico, houve saída líquida de US\$ 5,227 bilhões no mês passado, resultado de saídas de US\$ 2,365 bilhão em ações e fundo de investimentos e de US\$ 2,862 bilhões em títulos de dívida. Nos 12 meses encerrados em maio, esses investimentos somaram ingressos líquidos de US\$ 20,8 bilhões.

Já o estoque de reservas internacionais atingiu US\$ 371,1 bilhões em maio, aumento de US\$ 4,2 bilhões em comparação ao mês anterior.

Nota

TAXA DE DESEMPREGO NO BRASIL CAI PARA 5,6% NO TRIMESTRE ENCERRADO EM MAIO, APONTA IBGE

A taxa de desocupação no Brasil caiu para 5,6% no trimestre encerrado em maio, de acordo com os dados mensais da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua) divulgados nesta sexta-feira, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Em igual período de 2025, a taxa de

desemprego medida pela Pnad Contínua estava em 6,2%. No trimestre móvel até abril, a taxa de desocupação estava em 5,8%. A renda média real do trabalhador foi de R\$ 3.726,00 no trimestre encerrado em maio. O resultado representa alta de 4,0% em relação ao mesmo trimestre de 2025. A massa de renda real habitual paga aos ocupados somou R\$ 377,7 bilhões no trimestre encerrado em maio, alta de 4,8% ante igual período do ano passado.

Diário do Acionista

As publicações legais de sua empresa com o melhor preço em um jornal de qualidade

Tels.: (21) 99122-4278 / (11) 2655-1899

publicidade@diariodoacionista.com.br

Diário do Acionista

www.diariodoacionista.com.br

Administração, redação e departamento comercial

Rio de Janeiro

Av. Presidente Vargas, 962, sala 908
Centro - Rio de Janeiro - CEP: 20071-002
Tel.: (21) 99122-4278-Claro

São Paulo

Rua Olímpíadas, 205 - 4º andar
Vila Olímpia - São Paulo - CEP: 04551-000
Tel.: (11) 2655-1899**Administração - Redação**

CESAR FIGUEIREDO - Diretor

FELIPE SOARES - Diretor

PAULO DETTMANN - Editor Chefe

HAROLDO PAULINO - Diagramação

PUBLICIDADE: publicidade@diariodoacionista.com.br

REDAÇÃO: redacao@diariodoacionista.com.br

SERVIÇOS NOTICIOSOS: Agência Estado e Agência Brasil

ANJ ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNALIS

ACESSE NOSSO SITE

ENERGIA

Bandeira tarifária da conta de luz de julho será amarela

RENAN MONTEIRO/AE

O diretor-geral da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), Sandoval Feitosa (foto), antecipou que a bandeira tarifária para o mês de julho será amarela, mantendo o mesmo patamar verificado desde maio. Nesse nível, os consumidores de energia elétrica terão custo adicional de R\$ 1,885 a cada 100 kWh consumidos.

Como Grupo Estado mostrou na quinta-feira, a maior parte das projeções já apontava para esse resultado. A cobrança é menor que a aplicada em julho do ano passado, quando vigorou a bandeira vermelha patamar 1, adicional de R\$ 4,46 a cada 100 kWh consumidos.

Feitosa explicou que a bandeira amarela reflete, desde o mês de abril, condições menos favoráveis de geração no País, típicas do período seco. Nesse período, há redução nos níveis dos reservatórios das hidrelétricas e necessidade de acionamento de térmicas que possuem custo mais elevado.

O acionamento da bandeira amarela foi feito após o volume de chuvas ficar abaixo da média, com projeções que já apontavam nesse sentido. De janeiro a



PAULO PINTO/ABRASIL

abril deste ano, a bandeira tarifária permaneceu verde, tendo vista as condições favoráveis à geração de energia no País.

O fenômeno do El Niño, no segundo semestre deste ano, com seu efeito no aumento das temperaturas e redução das chuvas no Norte e Nordeste do País, reforça essa perspectiva de bandeiras tarifárias mais caras ao longo do ano.

O volume de chuvas em março passado esteve em nível considerado satisfatório. Houve um aumento no volume de chuvas em fevereiro, resultando na elevação do nível dos reservatórios das usinas hidrelétricas. Em janeiro, o Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico (CMSE) anunciou um conjunto de ações consideradas preventivas para o atendimento eletroenergético

de 2026, tendo em vista os alertas sobre armazenamento de hidrelétricas.

Além do risco hidrológico (GSF), gatilho para o acionamento das bandeiras mais caras, outro fator de peso é o aumento do Preço de Liquidação de Diferenças (PLD) - valor calculado para a energia a ser produzida em determinado período.

Aneel formaliza destinação de até R\$ 5,6 bi para aliviar conta de luz

RENAN MONTEIRO/AE

A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) formalizou nesta sexta-feira, os termos para que o valor de até R\$ 5,636 bilhões seja usado como redutor nas tarifas de energia elétricas de consumidores em 19 estados. Essa é a estimativa do será arrecadado, no total, com repactuação de dívidas das geradoras hidrelétricas com a utilização de áreas públicas, encargo conhecido como Uso de Bem Público (UBP).

Representantes de diversas empresas estiveram na sede da reguladora para assinar aditivos aos respectivos contratos de concessão. Pelo balanço apresentado, 29 usinas tiveram repactuação

e 22 empresas aderiram. O pagamento já efetuado, até o momento, é de R\$ 468 milhões, considerando cinco contratos.

A diretoria da reguladora já havia decidido fazer uma distribuição que busca equilibrar os balanços de custos das distribuidoras. Ou seja, com cada concessionária recebendo uma parte proporcional do recurso. Com isso, todos os consumidores de baixa tensão nas áreas beneficiadas vão perceber reajustes tarifários abaixo ou próximo de 4,51%, patamar que ainda pode variar um pouco.

O nível é muito abaixo dos percentuais inicialmente previstos. As previsões iniciais, para os consumidores dessas concessionárias, apontavam para reajustes

elevados, a depender da empresa. Por exemplo: para a antiga Amazonas Energia, a estimativa era de elevação média de 23,15%, considerando baixa e alta tensão. Porém, foi aprovada alta média de 3,79% para baixa tensão. A redução significativa foi possível porque a reguladora já considerou o redutor tarifário via UBP.

"Cada uma dessas adesões (dos geradores) representa uma escolha pela cooperação, pela responsabilidade compartilhada e pelo compromisso com o equilíbrio do setor elétrico brasileiro. É preciso contextualizar o momento que estamos vivendo de forte pressão tarifária", declarou o diretor-geral da Aneel, Sandoval Feitosa. Ele explicou que, na prá-

tica, haverá a transformação em obrigação contratual em alívio nas tarifas.

Foi a Lei nº 15.235/2025 que abriu a possibilidade de as geradoras quitarem o montante anual do UBP à vista, com desconto de 50%. Também foi previsto que o pagamento adiantado pelas geradoras seria revertido em desconto para os consumidores cativos de energia nas áreas da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) e da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene). Além de todas as distribuidoras das regiões Norte e Nordeste, a medida vai abarcar Mato Grosso e partes de Minas Gerais e do Espírito Santo.

PLANEJAMENTO

Bloqueio de R\$ 23,7 bi não afetará serviços e benefícios, diz Moretti

PEDRO PEDUZZI/ABRASIL

O ministro do Planejamento e Orçamento, Bruno Moretti (foto), afirmou que o bloqueio de R\$ 23,7 bilhões no orçamento federal será diluído entre as diferentes áreas do governo, de forma a evitar impactos concentrados e assegurar a continuidade de benefícios sociais, serviços públicos, bolsas, obras e outras políticas públicas.

Em entrevista nesta sexta-feira ao programa Bom Dia, Ministro, produzido pela Empresa Brasil de Comunicação (EBC), Moretti explicou que o bloqueio não representa corte definitivo, mas um "ajuste temporário" com redistribuição de recursos para garantir o pagamento de despesas obrigatórias.

Ele lembrou que, desde 2023, o governo tem adotado medidas para garantir a retomada e a criação de políticas públicas fundamentais ao desenvolvimento do país, sem abrir mão do controle das contas públicas.

"É para isso que criamos regras de limitação das despesas", disse ao explicar que as regras adotadas para conciliar responsabilidade fiscal e social exigem também ajustes quando há aumento de despesas obrigatórias.

"Essas regras são fundamentais para que a gente entregue as contas públicas em ordem, combinando os processos de responsabilidade fiscal com o de responsabilidade social."

"Nesse contexto é que temos limites orçamentários e, quando há crescimento das despesas chamadas obrigatórias, a gente tem que fazer um bloqueio das despesas discricionárias para acomodar essa variação no caso dos benefícios", acrescentou.

ORÇAMENTO

Na segunda-feira passada, os ministérios da Fazenda e do Planejamento comunicaram o bloqueio adicional de R\$ 22,1 bilhões de gastos não obrigatórios. O valor consta do Relatório Bimestral de Avaliação de Receitas e Despesas, docu-

mento enviado ao Congresso a cada dois meses que orienta a execução do Orçamento.

Com o ajuste, feito para cumprir o limite de gastos previsto no arcabouço fiscal, o total de recursos bloqueados chega a R\$ 23,7 bilhões.

Segundo os ministérios da Fazenda e do Planejamento, esse bloqueio foi necessário porque o governo terá de abrir crédito para acomodar o crescimento de gastos obrigatórios.

REMANEJAMENTO

De acordo com o ministro, o ajuste foi feito de forma proporcional entre as áreas do governo, para reduzir o impacto sobre cada pasta.

"Então, o que nós fizemos foi um remanejamento dentro do orçamento para garantir que esses benefícios sejam pagos. Afinal de contas, são direitos das pessoas e, ao fazer o bloqueio desses recursos, fizemos de uma maneira proporcional, para que cada um pague um pouquinho e não haja um impacto tão grande sobre cada uma das pastas."

DIÁLOGO

As chamadas pautas-bombas, propostas legislativas que colocam em risco a responsabilidade fiscal do país, também estão no radar do governo. Para evitar que sejam aprovadas, prejudicando as contas públicas, o governo tem apostado no diálogo com o Legislativo.

Segundo Moretti, os efeitos dessas medidas não ficariam restritos ao Executivo federal, afetando também o orçamento da União, estados e municípios.

"Temos diálogos com as presidências das duas casas [Senado e Câmara] e com as lideranças para explicar o impacto de uma série de propostas às contas públicas. Temos o dever de zelar pelas contas públicas", disse.

"Para isso, temos tido acolhimento deles", afirmou o ministro, que se disse confiante de que os projetos só serão aprovados mediante o atendimento das regras orçamentárias e das regras fiscais vigentes.

FABIO RODRIGUES POZZEBOM/ABRASIL



O MM Juiz de Direito, Dr.(a) Marisa Simões Mattos Passos - Juiz Titular do Cartório da 1ª Vara Cível da Comarca da Capital, RJ, FAZ SABER aos que o presente edital com o prazo de vinte dias virem ou dele conhecimento tiverem e interessar possa, que por este Juízo, que funciona a Av. Erasmo Braga, 115, sala 211, 2013, 215 D, CEP: 20020-970 - Castelo - Rio de Janeiro - RJ Tel.: 2588-2378 e-mail: cap01vciv@tjn.jus.br, tramitam os autos da Classe/Assunto Procedimento Comum - Compra e Venda, de nº 0267418-70.2017.8.19.0001, movida por FREENIUS KABI BRASIL LTDA em face de REDE DE PROMOÇÃO À SAÚDE - RPS, objetivando CITAÇÃO. Assim, pelo presente edital CITA o réu REDE DE PROMOÇÃO À SAÚDE - RPS, CNPJ sob o nº 05.576.125/0016-64, que se encontra em lugar incerto e desconhecido, para no prazo de quinze dias oferecer contestação ao pedido inicial, querendo, ficando ciente de que presumir-se-ão aceitos como verdadeiros os fatos alegados (Art. 344, CPC), caso não ofereça contestação, e de que, permanecendo revel, será nomeado curador especial (Art. 257, IV, CPC). Dado e passado nesta cidade de Rio de Janeiro, aos dezesseis dias do mês de junho de dois mil e vinte e seis. Eu, Ana Beatriz Cintra Manssour - Auxiliar / Assistente de Gabinete - Matr. 01/27000, digitei. E eu, Carlos Eduardo Carvalho Geminiani - Subst. do Resp. pelo Expediente - Matr. 01/30329, o subscrevo

ANP

Diesel e gás de cozinha fecham junho em queda e gasolina tem ligeira alta

DENISE LUNA/AE

Os preços do diesel e do gás de cozinha caíram em junho, enquanto a gasolina registrou uma leve alta, informa o Levantamento de Preços da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) publicado nesta sexta-feira, 26. O

preço do diesel caiu 0,98% e do botijão de 13 quilos de GLP, 0,83%. Já a gasolina registrou alta de 0,15%.

Em relação ao desempenho dos preços na semana de 21 a 27 de junho, na comparação com a semana anterior, o preço da gasolina ficou estável, em R\$ 6,62 o litro; o diesel re-

cuou 0,5%, para R\$ 7,05 o litro; e o gás de cozinha caiu 0,4%, para R\$ 114,02 o botijão de 13 quilos.

Os maiores preços do diesel e da gasolina foram encontrados no Guarujá, São Paulo, a R\$ 9,79 e R\$ 9,69 o litro, respectivamente. Já o gás de cozinha mais caro foi registrado em Boa Vista, Ro-

raima, a R\$ 156,00 o botijão.

O preço dos combustíveis segue a trajetória decrescente do preço do petróleo no mercado internacional, e reflete medidas de subvenção adotadas pelo governo brasileiro para evitar que a volatilidade dos preços externos chegue ao bolso do consumidor final

LATINO-AMERICANO

Associação propõe comitê para harmonizar regras sobre minerais críticos

JOÃO CAIRES/AE

A Associação Brasileira de Municípios Mineradores (AMIG Brasil) propôs a criação de um comitê internacional entre países da América Latina para discutir a harmonização dos marcos regulatórios da mineração e formular uma política conjunta

para minerais críticos. A proposta foi apresentada durante o 27º Congresso Mundial de Mineração (WMC 2026), realizado em Lima, no Peru, e recebeu apoio dos participantes do evento.

Segundo a entidade, a iniciativa busca coordenar ações entre países da região diante do aumento da demanda global por mine-

rais estratégicos para a transição energética, como lítio, cobre e terras raras. O presidente da AMIG, Marco Antônio Lage, afirmou que o objetivo é estimular a agregação de valor à produção mineral, ampliar investimentos em beneficiamento e industrialização e fortalecer o desenvolvimento dos territórios mineradores.

"O Brasil é uma potência geológica, assim como o Peru, mas essa riqueza não se traduz em benefícios sociais proporcionais. Hoje, grande parte do beneficiamento ocorre fora do país. A China é um exemplo claro dessa capacidade. Para 17 dos 34 minerais classificados como críticos pela

União Europeia, a China responde por pelo menos 70% da extração ou do refino global. Precisamos mudar essa lógica e agregar valor aos nossos produtos", disse.

Durante o evento, Lage defendeu a revisão de regras relacionadas à mineração, tributação, fiscalização e sustentabilidade, argumentando que países latino-americanos enfrentam desafios semelhantes para transformar suas riquezas minerais em benefícios econômicos e sociais.

A proposta contou com apoio do ministro de Energia e Minas do Peru, Waldir Eloy, segundo a AMIG.

Nota**MÃE DE CRIANÇA VÍTIMA DE TENTATIVA DE SEQUESTRO É ENCONTRADA MORTA**

Os corpos de Carolyn, mãe do menino de 10 anos que foi alvo de uma tentativa de sequestro na semana passada, e Hamilton, ex-companheiro dela, apontado como o responsável pelo planejamento do crime, foram encontrados pela polícia no bairro Colônia, na zona leste de São Paulo. A polícia investiga a tentativa de sequestro da criança e os desdobramentos do caso.

CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

CNPJ/MF nº 41.811.375/0001-19 - NIRE 353.0057653-5

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA ESPECIAL DOS TITULARES DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS DO AGRONEGÓCIO, EM SÉRIE ÚNICA, DA 153ª (CENTÉSIMA QUINAGÉSIMA TERCEIRA) EMISSÃO DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS DO AGRONEGÓCIO DA CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO.

Ficam convocados os titulares dos Certificados de Recebíveis Agronegócio da Série Única da 153ª Emissão da CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO, sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Brigadeiro Faria Lima, nº 1234, conjuntos 41, 42, 43 e 44, Bairro Jardim Paulista, CEP 01451-001, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 41.811.375/0001-19, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("Títulos dos CRA", "CRA", "Emissão" e "Securitizedora" ou "Emissora", respectivamente), em consonância com o disposto na cláusula 14 do "Termo de Securitizedora de Certificados de Recebíveis do Agronegócio Da 153ª Emissão, Em Série Única, Da Canal Companhia De Securitizedora, Lastreados Em Direitos Creditórios Do Agronegócio Devidos Por Antônio Cavalcanti Correa De Araújo". ("Termo de Securitizedora"), nos termos da Resolução nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), no que couber, a reunir-se em Assembleia Geral dos CRA ("AGT"), em 1ª (primeira) convocação, a realizar-se no dia 21 de julho de 2026, às 15 horas, e em caso de não instalação, em 2ª (segunda) convocação no dia 29 de julho de 2026, às 15 horas, de modo exclusivamente digital, inclusive para fins de contabilização de votos, sem a possibilidade de participação presencial. A AGT será realizada por meio de videoconferência na plataforma digital Microsoft Teams, cujo acesso será liberado de forma individual após devida habilitação do Titular do CRA, conforme previsto neste edital. A AGT será instalada a fim de deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: (I) Examinar, discutir e aprovar as demonstrações financeiras do Patrimônio Separado referente ao exercício financeiro findo em 31 de março de 2026; e (II) Autorizar a Emissora e o Agente Fiduciário a praticarem todos os atos necessários, bem como celebrarem todos os documentos essenciais à efetivação da deliberação. Informamos aos Titulares dos CRA, conforme previsto no §2º, do artigo 25, da Resolução CVM 60, que serão automaticamente aprovadas as demonstrações financeiras cujo relatório de auditoria não contiver opinião modificada, caso a Assembleia Especial não seja instalada, inclusive em segunda convocação, em virtude do não comparecimento de quaisquer investidores. Instruções Gerais: A AGT será realizada de modo exclusivamente digital, de modo que solicitamos que os documentos de representação sejam enviados preferencialmente em até 2 (dois) dias úteis antes da data de realização da AGT para o e-mail agente.fiduciario@vortx.com.br com cópia para o e-mail juridico@canalsecuritizedora.com.br, indicando no assunto "Documentos para AGT – CRA Ovos Enaviv (153)", observando o disposto na Resolução CVM 60, e conforme documentação abaixo: a. quando pessoa física: cópia digitalizada de identidade com foto; b. quando pessoa jurídica: (a) último estatuto, regulamento ou contrato social consolidado, devidamente registrado na Junta Comercial competente; (b) documentos comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (c) documentos de identidade com foto dos representantes legais; c. quando Fundos de Investimentos: (a) último regulamento consolidado; (b) último estatuto ou contrato social consolidado devidamente registrado na Junta Comercial competente, do administrador ou gestor, observando a política de voto do fundo e os documentos comprobatórios dos poderes em assembleia geral; (c) documentos societários comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (d) documentos de identidade com foto dos representantes legais; e d. quando representado por procurador: caso qualquer Titular de CRA indicado nos itens acima venha a ser representado por procurador, além dos documentos indicados anteriormente, deverá ser encaminhado a procuração com os poderes específicos de representação na Assembleia Especial. Encontram-se à disposição dos Srs. Titulares dos CRA, nas páginas da Securitizedora (<https://www.canalsecuritizedora.com.br>) e da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br) – Sistema Fundos.NET, bem como na sede da Securitizedora, os documentos necessários para deliberação da ordem do dia, bem como as informações acerca do envio dos documentos comprobatórios de representação e demais instruções e formulários referentes ao sistema e formato da AGT. Os termos ora utilizados em letras maiúsculas e aqui não definidos terão significados a eles atribuídos no Termo de Securitizedora e nos demais Documentos da Operação (conforme definido no Termo de Securitizedora).

São Paulo, 27 de junho de 2026.

Alejandro Pontes de Bessa Merino Reyna - Diretor de Securitizedora

CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

CNPJ/MF nº 41.811.375/0001-19 - NIRE 353.0057653-5

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 1ª, 2ª E 3ª SÉRIAS DA 59ª EMISSÃO DA CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

Ficam convocados os titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 1ª, 2ª e 3ª Séries da 59ª Emissão da CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO, sociedade com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Faria Lima, 1234, conjuntos 41, 42, 43 e 44, São Paulo/SP, CEP 01451-001, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 41.811.375/0001-19, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("Títulos dos CRA", "CRI", "Emissão" e "Securitizedora" ou "Emissora", respectivamente), em consonância com o "Termo de Securitizedora de Créditos Imobiliários da 1ª, 2ª e 3ª Séries da 59ª Emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários da Canal Companhia de Securitizedora, Lastreados em Notas Comerciais Escriturais emitidas pela IME – Instituto Metropolitano de Ensino Ltda.", conforme aditado ("Termo de Securitizedora"), nos termos da Resolução nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), no que couber, a reunir-se em Assembleia Especial dos CRA ("Assembleia Especial"), em 1ª (primeira) convocação, a realizar-se no dia 16 de julho de 2026, às 15:00 horas, de modo exclusivamente digital, inclusive para fins de contabilização de votos, sem a possibilidade de participação presencial. A Assembleia Especial será realizada por meio de videoconferência na plataforma digital Microsoft Teams, cujo acesso será liberado de forma individual após devida habilitação dos Titulares dos CRA, conforme previsto neste edital. A Assembleia Especial será instalada a fim de deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: (I) Aprovar a concessão de *waiver*, a fim de não configurar um Evento de Vencimento Antecipado Não Automático, conforme previsto na Cláusula 8.1.2, subitem (ix) do "Termo da 1ª (Primeira) Emissão de Notas Comerciais Escriturais, com Garantias Reais, com Garantia Fiduciária Adicional, em Série Única, para Colocação Privada, da IME – Instituto Metropolitano de Ensino Ltda.", conforme aditado ("Notas Comerciais"), em decorrência do descumprimento da obrigação não pecuniária relativa ao envio do "habite-se" dos Imóveis Alienação Fiduciária, nos termos do referido dispositivo; (II) Caso aprovada a concessão de *waiver* prevista na alínea "i" acima da Ordem do Dia, aprovar prazo adicional de até 30 (trinta) dias, a contar da data da aprovação da referida matéria em assembleia, para que a referida obrigação seja regularizada pela Devedora; (III) Aprovar a concessão de *waiver*, a fim de não configurar um Evento de Vencimento Antecipado Não Automático, conforme Cláusula 8.1.2, subitem (ii), das Notas Comerciais, em decorrência do descumprimento intencional do gestor, observado a política de voto do fundo e os documentos comprobatórios de poderes em assembleia geral; (c) documentos societários comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (d) documentos de identidade com foto dos representantes legais; e d. quando representado por procurador: caso quaisquer dos Titulares dos CRA indicados nos itens acima venha a ser representado por procurador, além dos documentos indicados anteriormente, deverá ser encaminhado a procuração com os poderes específicos de representação na Assembleia Especial. Encontram-se à disposição dos Srs. Titulares dos CRA, nas páginas da Securitizedora (<https://www.canalsecuritizedora.com.br>) e da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br) – Sistema Fundos.NET, bem como na sede da Securitizedora, os documentos necessários para deliberação da ordem do dia, bem como as informações acerca do envio dos documentos comprobatórios de representação e demais instruções e formulários referentes ao sistema e formato da Assembleia Especial de Investidores. Os termos ora utilizados em letras maiúsculas e aqui não definidos terão significados a eles atribuídos no Termo de Securitizedora e nos demais Documentos da Operação (conforme definido no Termo de Securitizedora).

São Paulo, 26 de junho de 2026.

CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

Alejandro Pontes de Bessa Merino Reyna - Diretor de Securitizedora

CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

CNPJ/MF nº 41.811.375/0001-19 - NIRE 353.0057653-5

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 1ª (PRIMEIRA) A 3ª (TERCEIRA) SÉRIAS DA 116ª (CENTÉSIMA DÉCIMA SEXTA) EMISSÃO DA CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

Ficam convocados os titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários, da 1ª a 3ª Séries, da 116ª Emissão da CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO, sociedade com sede na Capital do Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1234, conjuntos 41, 42, 43 e 44, Bairro Jardim Paulista, CEP 01451-001, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 41.811.375/0001-19, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("Títulos dos CRA", "CRI", "Emissão" e "Securitizedora" ou "Emissora", respectivamente), em consonância com o Termo de Securitizedora, nos termos da Resolução nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), no que couber, a reunir-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRA ("Assembleia Especial"), em 1ª (primeira) convocação, a realizar-se no dia 16 de julho de 2026, às 15:00 horas, de modo exclusivamente digital, inclusive para fins de contabilização de votos, sem a possibilidade de participação presencial. A Assembleia Especial será realizada por meio de videoconferência na plataforma digital Microsoft Teams, cujo acesso será liberado de forma individual após devida habilitação dos Titulares dos CRA, conforme previsto neste edital. A Assembleia Especial será instalada a fim de deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: (I) Aprovar a declaração do Vencimento Antecipado do CRA, em decorrência do descumprimento da obrigação pecuniária referente ao pagamento da Remuneração e Amortização prevista para 18/05/2026, conforme consta no Cronograma de Pagamentos dos CRA, disposto no "Termo de Securitizedora de Créditos Imobiliários da 1ª (Primeira) a 3ª (Terceira) Séries da 116ª (Centésima Décima Sexta) Emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários da Canal Companhia de Securitizedora, Lastreados em Créditos Imobiliários Devidos Pela Praia Bela Empreendimento Imobiliário SPE Ltda." ("Termo de Securitizedora"), ensejando em uma hipótese de Vencimento Antecipado dos CRA, conforme disposto na Cláusula 9.1.2, subitem (ii), do Termo de Securitizedora. Fica consignado que os próximos passos relacionados a esta Ordem do Dia serão oportunamente submetidos à deliberação dos Titulares dos CRA em nova Assembleia a ser convocada para tal finalidade; (II) Caso aprovado a Ordem do Dia acima, ratificar o saldo devido da Emissão previsto para 18/05/2026, a saber, para a 1ª série R\$ 26.539.400,00 (vinte e seis milhões, quinhentos e trinta e nove mil, quatrocentos reais e quarenta e oito centavos), para a 2ª série R\$ 10.672.490,32 (dez milhões, seiscentos e setenta e dois mil, quatrocentos e noventa reais e trinta e dois centavos) e para a 3ª série R\$ 1.221.543,31 (um milhão, duzentos e vinte e um mil, quinhentos e quarenta e três reais e trinta e um centavos); (III) Caso a Ordem do Dia (I) seja aprovada, com a suspensão dos efeitos do Vencimento Antecipado do CRA, deliberar medidas a serem tomadas a respeito dos valores devidos a título de Remuneração e Amortização em atraso; (IV) Caso aprovado o Item "I", aprovar a contratação do assessor legal escrivão Gleich Advogados, nos termos da proposta constante no Anexo II à Ata de Assembleia, as expensas exclusivamente do patrimônio separado para a prestação dos serviços de assessoria jurídica necessários à condução e implementação das medidas judiciais e/ou extrajudiciais relacionadas à execução das garantias constituídas no âmbito da operação; (V) Aprovar a concessão de *waiver*, a fim de não configurar um Evento de Vencimento Antecipado Não Automático, conforme a Cláusula 10.1.1.2, Item (b), da Nota Comercial, em decorrência da não entrega da renovação da apólice de seguros, conforme a Cláusula 8.2 e 8.2.1 da Nota Comercial; (VI) Aprovar a concessão de *waiver*, a fim de não configurar um Evento de Vencimento Antecipado Não Automático, conforme a Cláusula 10.1.1.2, Item (b), da Nota Comercial, em decorrência da não entrega da Declaração de Não Evento de Vencimento Antecipado, conforme Cláusula 8.1, subitem (ii), alínea (ii), da Nota Comercial; (VII) Caso aprovado os itens (v) e (vi) acima, aprovar a concessão de um prazo adicional de 30 dias contados da formalização da Ata de Assembleia, para que as obrigações sejam devidamente cumpridas; (VIII) Autorizar a Emissora e o Agente Fiduciário a praticarem todos os atos necessários, bem como celebrarem todos os documentos essenciais à efetivação da deliberação. Instruções Gerais: A Assembleia Especial será realizada de modo exclusivamente digital, de modo que solicitamos que os documentos de representação sejam enviados preferencialmente em até 2 (dois) dias úteis antes da data de realização da Assembleia Especial para o e-mail assemblies@oliveiratrust.com.br com cópia para o e-mail juridico@canalsecuritizedora.com.br, indicando no assunto "Documentos para Assembleia Especial – CRA Praia Bela, observando o disposto na Resolução CVM 60, e conforme documentação abaixo: a. quando pessoa física: cópia digitalizada de identidade com foto; b. quando pessoa jurídica: (a) último estatuto, regulamento ou contrato social consolidado, devidamente registrado na Junta Comercial competente; (b) documentos comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (c) documentos de identidade com foto dos representantes legais; c. quando Fundos de Investimentos: (a) último regulamento consolidado; (b) último estatuto ou contrato social consolidado devidamente registrado na Junta Comercial competente, do administrador ou gestor, observando a política de voto do fundo e os documentos comprobatórios dos poderes em assembleia geral; (c) documentos societários comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (d) documentos de identidade com foto dos representantes legais; e d. quando representado por procurador: caso quaisquer dos Titulares dos CRA indicados nos itens acima venha a ser representado por procurador, além dos documentos indicados anteriormente, deverá ser encaminhado a procuração com os poderes específicos de representação na Assembleia Especial. Encontram-se à disposição dos Srs. Titulares dos CRA, nas páginas da Securitizedora (<https://www.canalsecuritizedora.com.br>) e da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br) – Sistema Fundos.NET, bem como na sede da Securitizedora, os documentos necessários para deliberação da ordem do dia, bem como as informações acerca do envio dos documentos comprobatórios de representação e demais instruções e formulários referentes ao sistema e formato da Assembleia Especial de Investidores. Os termos ora utilizados em letras maiúsculas e aqui não definidos terão significados a eles atribuídos no Termo de Securitizedora e nos demais Documentos da Operação (conforme definido no Termo de Securitizedora).

São Paulo, 26 de junho de 2026.

CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

Alejandro Merino - Diretor de Securitizedora

GUARULHOS**Sarampo: Saúde pede reforço de vacinação de crianças**

O Ministério da Saúde recomendou, nesta sexta-feira, a aplicação da chamada dose zero da vacina tríplice viral em crianças de 6 a 11 meses e 29 dias. O objetivo é reforçar a proteção contra o sarampo nessa faixa etária, considerada mais suscetível à infecção e a formas graves da doença.

A orientação ocorre após o registro de três casos da doença em crianças menores de 2 anos na zona norte de São Paulo. Além da capital paulista, a estratégia de reforço na vacinação também foi recomendada para Guarulhos (SP), por causa da intensa circulação de pessoas no Aeroporto Internacional.

Em nota, o ministério informou que cerca de 100 mil doses serão enviadas para as duas cidades. Segundo a pasta, os três casos possivelmente estão relacionados à importação – quando a infecção acontece a partir do contato com pessoas vindas do exterior, e não

afetam o status do Brasil como país livre do sarampo.

Duas das três crianças que testaram positivo frequentavam a mesma creche e a terceira reside na mesma localidade. De acordo com a nota, todas apresentaram quadro clínico compatível com sarampo, incluindo febre, exantema e sintomas respiratórios. A confirmação laboratorial foi feita pelo Instituto Adolfo Lutz e pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz).

“A dose zero é uma medida extra de proteção, aplicada em crianças entre 6 meses e 11 meses e 29 dias, antes da idade prevista no calendário vacinal, que é de 12 meses a 59 anos. Ela reduz o número de pessoas suscetíveis ao sarampo e o risco de transmissão do vírus”, destacou o ministério.

A pasta reforçou que a dose zero é indicada principalmente em locais com circulação viral, surtos ou maior risco de contágio, contribuindo para interromper ca-

deias de transmissão e prevenir casos graves e mortes.

“Além do reforço vacinal, estão sendo adotadas medidas de vigilância para conter a transmissão local, como busca ativa de casos suspeitos, identificação e monitoramento de contactantes, investigação epidemiológica e bloqueio vacinal nas áreas de risco.”

COPA DO MUNDO

No comunicado, o ministério destacou ainda que os três países-sede da Copa do Mundo Fifa 2026 — Estados Unidos, Canadá e México — enfrentam alta circulação de sarampo, o que aumenta o risco de exposição de viajantes brasileiros.

Nos Estados Unidos, foram registrados 2.288 casos em 2025 e 2.104 em 2026 até 20 de junho. No Canadá, após 5.075 casos no ano passado, já são 1.073 neste ano. No México, o número saltou de sete casos em 2024 para 6.586 em 2025 e 11.771 em 2026.

“O sarampo é altamente contagioso e pode causar complicações graves, especialmente em pessoas não vacinadas. O aumento do fluxo internacional reforça o alerta para importação de casos. O Ministério da Saúde orienta que viajantes verifiquem e atualizem a situação vacinal antes do embarque.”

A orientação é que crianças de 6 a 11 meses e 29 dias que forem viajar para áreas de risco recebam a dose zero da vacina tríplice viral, como proteção adicional antes do esquema de rotina. A dose não substitui as previstas no Calendário Nacional de Vacinação – duas doses para crianças, aplicadas aos 12 e 15 meses.

Para pessoas de até 29 anos sem vacinação ou sem comprovação de vacinação contra o sarampo, são indicadas duas doses. Já para pessoas com idade entre 30 e 59 anos, a recomendação é que seja aplicada pelo menos uma dose.

Nota**BOMBA DE GÁS DISPARADA PELA PM AFETA CRIANÇAS DE ESCOLA EM SÃO PAULO**

Ao menos cinco estudantes da Escola Estadual Professor Luís Gonzaga Pinto e Silva passaram mal e precisaram de atendimento médico após inalarem um gás utilizado em um treinamento da

Polícia Militar em um batalhão na zona sul de São Paulo, próximo à unidade de ensino. O incidente ocorreu na tarde da quinta-feira, no bairro de Cidade Dutra. As vítimas sofreram irritação nos olhos e vias respiratórias e precisaram receber atendimento médico emergencial. Em nota, a Polícia Militar lamentou o ocorrido e informou que foi instaurado um procedimento administrativo para apurar todas as circunstâncias. O treinamento de equipes da Força Tática, segundo a Secretaria de Segurança Pública (SSP), foi realizado em área previamente destinada para esse tipo de instrução. “Assim que a situação foi identificada, a atividade foi imediatamente interrompida e as equipes prestaram atendimento às pessoas que apresentaram desconforto, com acionamento preventivo do SAMU e do Corpo de Bombeiros.

CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

CNPJ/MF nº 41.811.375/0001-19 - NIRE 353.0057653-5

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS DO AGRONEGÓCIO, EM SÉRIE ÚNICA, DA 140ª EMISSÃO DA CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

Ficam convocados os titulares dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio da Série Única, da 140ª Emissão da CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO, sociedade por ações com sede na Capital do Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1234, conjuntos 41 a 44, Bairro Jardim Paulista, CEP 01451-001, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 41.811.375/0001-19, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("Títulos dos CRA", "CRA", "Emissão" e "Securitizedora" ou "Emissora", respectivamente), em consonância com o disposto "Termo de Securitizedora de Direitos Creditórios Do Agronegócio Para Emissão De Certificados De Recebíveis Do Agronegócio, Em Série Única, Da 140ª (Centésima Quinquagésima) Emissão Da Canal Companhia De Securitizedora Com Lastro Em Direitos Creditórios Do Agronegócio Devidos Pela Cria. Agropecuária Monte Alegre". ("Termo de Securitizedora"), nos termos da Resolução nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), no que couber, a reunir-se em 1ª (primeira) convocação em Assembleia Especial de Investidores dos CRA, a realizar-se no dia 21 de julho de 2026, às 13:00 horas, e em caso de não instalação, em 2ª (segunda) convocação no dia 29 de julho de 2026, às 13:00 horas de modo exclusivamente digital. A Assembleia Especial de Investidores dos CRA será realizada por meio de videoconferência na plataforma digital Microsoft Teams, cujo acesso será liberado de forma individual após devida habilitação do Titular do CRA, conforme previsto neste Edital de Convocação. A Assembleia Especial de Investidores dos CRA será instalada a fim de deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) Examinar, discutir e aprovar as demonstrações financeiras do Patrimônio Separado referente ao exercício financeiro findo em 31 (trinta e um) de março de 2026; e (ii) Autorizar a Emissora e o Agente Fiduciário a praticarem todos os atos necessários, bem como celebrarem todos os documentos essenciais à efetivação da deliberação. Incluindo, mas não se limitando, ao Contrato de Alienação Fiduciária. Instruções Gerais: A Assembleia Especial de Investidores dos CRA será realizada de modo exclusivamente digital, de modo que solicitamos que os documentos de representação sejam enviados preferencialmente em até 2 (dois) dias úteis antes da data de realização da Assembleia Especial de Investidores dos CRA para o e-mail assemblies@oliveiratrust.com.br, com cópia para o e-mail juridico@canalsecuritizedora.com.br, indicando no assunto "Documentos para Assembleia Especial de Investidores dos CRA NOME E Nº OPERAÇÃO", observando o disposto na Resolução CVM 60, e conforme documentação abaixo: a. quando pessoa física: cópia digitalizada de identidade com foto; b. quando pessoa jurídica: (a) último estatuto, regulamento ou contrato social consolidado, devidamente registrado na Junta Comercial competente; (b) documentos comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (c) documentos de identidade com foto dos representantes legais; e d. quando representado por procurador: caso qualquer Titular de CRA indicado nos itens acima venha a ser representado por procurador, além dos documentos indicados anteriormente, deverá ser encaminhado a procuração com os poderes específicos de representação na Assembleia Especial de Investidores dos CRA. A instrução de voto deverá: (i) estar devidamente preenchida e assinada pelos Titulares dos CRA ou por seu representante legal, de forma física ou eletrônica, com ou sem certificado digital no padrão ICP-Brasil; (ii) ser enviada com a antecedência acima mencionada, e (iii) no caso de o Titular de CRA ser pessoa jurídica, ser enviada acompanhada dos instrumentos de procuração e/ou contrato ou estatuto social que comprove os respectivos poderes. Uma vez estabelecida a participação e o voto à distância durante a Assembleia Geral por meio de sistema eletrônico, em linha com o item "II" do Art. 71 da Resolução CVM 81, os votos dos Titulares de CRA presentes na Assembleia Geral serão computados mediante sua manifestação na Assembleia Geral, na plataforma Microsoft Teams. Encontram-se à disposição dos Srs. Titulares de CRA, nas páginas da Securitizedora (<https://www.canalsecuritizedora.com.br>) e da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br) – Sistema Fundos.NET, bem como na sede da Securitizedora, os documentos necessários para deliberação da ordem do dia, bem como as informações acerca do envio dos documentos comprobatórios de representação e demais instruções e formulários referentes ao sistema e formato da Assembleia Especial de Investidores dos CRA. Os termos ora utilizados em letras maiúsculas e aqui não definidos terão significados a eles atribuídos no Termo de Securitizedora e nos demais Documentos da Operação (conforme definido no Termo de Securitizedora).

São Paulo, 27 de junho de 2026.

Alejandro Pontes de Bessa Merino Reyna - Diretor de Securitizedora

CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

CNPJ/MF nº 41.811.375/0001-19 - NIRE 353.0057653-5

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS, DA 161ª EMISSÃO, EM 2 (DUAS) SÉRIAS, DA CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

Ficam convocados os titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários em 2 (duas) séries, da 161ª Emissão da CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO, sociedade por ações com sede na Capital do Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1234, conjuntos 41 a 44, Bairro Jardim Paulista, CEP 01451-001, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 41.811.375/0001-19, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("Títulos dos CRA", "CRI", "Emissão" e "Securitizedora" ou "Emissora", respectivamente), em consonância com o disposto "Termo de Securitizedora de Direitos Creditórios Imobiliários para emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários, da 161ª Emissão, em 2 (duas) Séries, da Canal Companhia de Securitizedora, Lastreados em Créditos Imobiliários devidos pela Eternity Barueri Empreendimentos SPE Ltda." ("Termo de Securitizedora"), nos termos da Resolução nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), no que couber, a reunir-se em 1ª (primeira) convocação em Assembleia Especial de Investidores dos CRA, a realizar-se no dia 21 de julho de 2026, às 16:00 horas, e em caso de não instalação, em 2ª (segunda) convocação no dia 29 de julho de 2026, às 16:00 horas de modo exclusivamente digital. A Assembleia Especial de Investidores dos CRA será realizada por meio de videoconferência na plataforma digital Microsoft Teams, cujo acesso será liberado de forma individual após devida habilitação do Titular do CRA, conforme previsto neste Edital de Convocação. A Assembleia Especial de Investidores dos CRA será instalada a fim de deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) Examinar, discutir e aprovar as demonstrações financeiras do Patrimônio Separado referente ao exercício financeiro findo em 31 (trinta e um) de março de 2026; e (ii) Autorizar a Emissora e o Agente Fiduciário a praticarem todos os atos necessários, bem como celebrarem todos os documentos essenciais à efetivação da deliberação. Incluindo, mas não se limitando, ao Contrato de Alienação Fiduciária. Instruções Gerais: A Assembleia Especial de Investidores dos CRA será realizada de modo exclusivamente digital, de modo que solicitamos que os documentos de representação sejam enviados preferencialmente em até 2 (dois) dias úteis antes da data de realização da Assembleia Especial de Investidores dos CRA para o e-mail assemblies@oliveiratrust.com.br, com cópia para o e-mail juridico@canalsecuritizedora.com.br, indicando no assunto "Documentos para Assembleia Especial de Investidores dos CRA – NOME E Nº OPERAÇÃO", observando o disposto na Resolução CVM 60, e conforme documentação abaixo: a. quando pessoa física: cópia digitalizada de identidade com foto; b. quando pessoa jurídica: (a) último estatuto, regulamento ou contrato social consolidado, devidamente registrado na Junta Comercial competente; (b) documentos comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (c) documentos de identidade com foto dos representantes legais; e d. quando representado por procurador: caso qualquer Titular de CRA indicado nos itens acima venha a ser representado por procurador, além dos documentos indicados anteriormente, deverá ser encaminhado a procuração com os poderes específicos de representação na Assembleia Especial de Investidores dos CRA. A instrução de voto deverá: (i) estar devidamente preenchida e assinada pelos Titulares dos CRA ou por seu representante legal, de forma física ou eletrônica, com ou sem certificado digital no padrão ICP-Brasil; (ii) ser enviada com a antecedência acima mencionada, e (iii) no caso de o Titular de CRA ser pessoa jurídica, ser enviada acompanhada dos instrumentos de procuração e/ou contrato ou estatuto social que comprove os respectivos poderes. Uma vez estabelecida a participação e o voto à distância durante a Assembleia Geral por meio de sistema eletrônico, em linha com o item "II" do Art. 71 da Resolução CVM 81, os votos dos Titulares de CRA presentes na Assembleia Geral serão computados mediante sua manifestação na Assembleia Geral, na plataforma Microsoft Teams. Encontram-se à disposição dos Srs. Titulares de CRA, nas páginas da Securitizedora (<https://www.canalsecuritizedora.com.br>) e da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br) – Sistema Fundos.NET, bem como na sede da Securitizedora, os documentos necessários para deliberação da ordem do dia, bem como as informações acerca do envio dos documentos comprobatórios de representação e demais instruções e formulários referentes ao sistema e formato da Assembleia Especial de Investidores dos CRA. Os termos ora utilizados em letras maiúsculas e aqui não definidos terão significados a eles atribuídos no Termo de Securitizedora e nos demais Documentos da Operação (conforme definido no Termo de Securitizedora).

São Paulo, 27 de junho de 2026.

Alejandro Pontes de Bessa Merino Reyna - Diretor de Securitizedora

CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

CNPJ nº 41.811.375/0001-19 - NIRE 353.0057653-5

EDITAL DE 1ª (PRIMEIRA) CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 1ª (PRIMEIRA) E 2ª (SEGUNDA) SÉRIAS DA 103ª (CENTÉSIMA TERCEIRA) EMISSÃO DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS DO AGRONEGÓCIO DA CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

Ficam convocados titulares de CRA ("Títulos dos CRA") da 1ª (primeira) e 2ª (segunda) séries da 103ª (centésima terceira) emissão de certificados de recebíveis do agronegócio ("CRA"), da Canal Companhia de Securitizedora ("Emissora"), nos termos da Cláusula 14 e seguintes do "Termo de Securitizedora da 1ª (Primeira) e da 2ª (Segunda) Séries da 103ª (centésima terceira) Emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio da Canal Companhia de Securitizedora, Lastreados em Notas Comerciais Escriturais devidas pela Prime Agro Produtos Agrícolas Ltda.", celebrado em 19 de junho de 2026, às 15 horas, em 1ª (primeira) convocação, de modo exclusivamente digital, através da plataforma Microsoft Teams, a ser enviado link para conexão gerado pela Emissora, até 1 (uma) hora antes da reunião, a fim de, em sede de assembleia especial de Titulares dos CRA ("Assembleia Especial"), examinar e discutir sobre as seguintes matérias da ordem do dia: (I) Aprovar a declaração de vencimento antecipado dos CRA, em razão da ocorrência de Evento de Vencimento Antecipado Automático, previsto na Cláusula 8.1.1, item (b) do "Termo da Primeira Emissão de Notas Comerciais Escriturais, em Duas Séries, com Garantia Real e Fiduciária, de Distribuição Privada, da Prime Agro Produtos Agrícolas Ltda.", conforme aditado ("Termo de Emissão"), em razão do ingresso em juízo com requerimento de recuperação judicial em 16 de junho de 2026; (II) Caso aprovados o item acima (I), aprovar a contratação de assessor legal, nos termos da proposta a ser anexada à ata de assembleia, para a elaboração dos documentos necessários à implementação das matérias da ordem do dia; (III) Autorizar a Securitizedora em conjunto com o Agente Fiduciário, a praticar todos e quaisquer atos, bem como a celebrar todos e quaisquer contratos, aditamentos ou documentos necessários para a efetivação dos itens acima. Instruções Gerais: A participação e a votação na Assembleia Especial serão realizadas à distância, por videoconferência via plataforma Microsoft Teams, coordenada pela Emissora, cujo link de acesso será disponibilizado oportunamente, seguindo as disposições estabelecidas na Resolução CVM nº 81, de 29 de março de 2022 ("Resolução CVM 81"), conforme em vigor. Instalar-se-á a Assembleia Especial de Titulares dos CRA, em primeira convocação, com, no mínimo, a presença de 50% (cinquenta por cento) mais 1 (um) dos CRA em Circulação e, em segunda convocação, com qualquer número de Titulares de CRA, conforme item 14.3 do Termo de Securitizedora. Os Titulares dos CRA poderão optar por exercer o seu direito de voto, sem necessidade de ingressar na videoconferência, enviando a correspondente Instrução de Voto à distância à Securitizedora, para o e-mail juridico@canalsecuritizedora.com.br, com cópia para o Agente Fiduciário, no correio eletrônico: assemblies@oliveiratrust.com.br, preferencialmente, em até 2 (dois) dias úteis de antecedência em relação à data de realização da Assembleia Especial. A Instrução de Voto deverá: (i) estar devidamente preenchida e assinada pelos Titulares dos CRA ou por seu representante legal, de forma física ou eletrônica, com ou sem certificado digital no padrão ICP-Brasil; (ii) ser enviada com a antecedência acima mencionada; e (iii) no caso de o Titular de CRA ser pessoa jurídica, ser enviada acompanhada dos instrumentos de procuração e/ou contrato ou Estatuto Social que comprove os respectivos poderes. Uma vez estabelecida a participação e o voto à distância durante a Assembleia Especial por meio de sistema eletrônico, em linha com o item "II" do artigo 71 da Resolução CVM 81, os votos dos Titulares de CRA presentes na Assembleia Especial serão computados mediante sua manifestação na Assembleia Especial, na plataforma Microsoft Teams. Adicionalmente, os Titulares de CRA que pretenderem participar da Assembleia Especial deverão realizar o depósito dos seguintes documentos em até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia Especial: (I) quando pessoa física, documento de identidade; (II) quando pessoa jurídica, cópia de atos societários e/ou documentos que comprovem a representação do Titular de CRA; e (III) quando for representado por procurador, procuração com poderes específicos para sua representação na Assembleia Especial, obedecidas as condições legais. Com o objetivo de dar celeridade ao processo e facilitar os trabalhos da Assembleia Especial, o instrumento de mandato pode, a critério do Titular de CRA, ser encaminhado para o correio eletrônico do Agente Fiduciário e da Securitizedora. Os termos utilizados neste edital de convocação, iniciados em letras maiúsculas e que não estiverem aqui definidos têm o mesmo significado que lhes foi atribuído no Termo de Securitizedora e nos demais Documentos da Operação.

São Paulo – SP, 29 de junho de 2026.

Atenciosamente, Canal Companhia de Securitizedora - Alejandro Merino - Diretor de Securitizedora

CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

CNPJ/MF nº 41.811.375/0001-19 - NIRE 353.0057653-5

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 105ª (CENTÉSIMA QUINTA) EMISSÃO, EM DUAS SÉRIAS DA CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

Ficam convocados os titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários em circulação da 105ª (Centésima Quinta) Emissão, em 2 (duas) Séries da Canal Companhia de Securitizedora, sociedade com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Faria Lima, 1

Cardeal TempestaOrani João Tempesta, O.Cist
Arcebispo do Rio de Janeiro**A Missão do Precursor**

A liturgia da Igreja costuma celebrar os santos no dia de sua morte, que é o seu nascimento para o céu. Hoje, porém, vivemos uma rara e bela exceção. Além do Senhor Jesus e da Virgem Maria, celebramos com grande alegria o nascimento terreno de São João Batista, aquele que Cristo chamou de a "lâmpada que arde e ilumina".

Em meio às festas populares que coloreem o nosso Brasil e movimentam a nossa Arquidiocese do Rio de Janeiro, olhemos para a verdadeira luz deste profeta. João é a ponte firme entre as promessas antigas e a realidade do Evangelho; é a voz corajosa que aponta para o Cordeiro de Deus que tira o pecado do mundo.

A Palavra de Deus hoje nos revela que a vida não é fruto do acaso, mas um projeto de amor traçado desde a eternidade. O profeta Isaías, na primeira leitura, expressa essa vocação: "O Senhor chamou-me antes de eu nascer" (Is 49,1). Estas palavras encontram eco perfeito em João Batista, consagrado ainda no ventre de Santa Isabel. E nós, no Salmo responsorial, proclamamos com profunda gratidão: "Eu vos louvo e vos dou graças, ó Senhor, porque de modo admirável me formastes!" (Sl 138,14).

Diante de uma sociedade que tantas vezes descarta a vida nas ruas das nossas metrópoles e ignora o valor dos mais fracos, o nascimento de João Batista é um grito profético em defesa da dignidade humana. Nenhuma vida é descartável; cada criança que nasce traz em si um projeto sagrado e insubstituível.

O Evangelho de São Lucas nos coloca diante do nascimento milagroso deste menino. Contemplamos a alegria imensa que envolve a casa de Zacarias e Isabel, após Deus intervir e retirar o peso da esterilidade que marcava aquela família. Logo, surge a questão do nome da criança.

Os parentes desejavam seguir a tradição familiar, chamando-o de Zacarias. Deus, porém, tinha para aquela criança uma missão nova e um nome novo, rompendo com as expectativas humanas. Isabel, inspirada pelo Espírito Santo, é firme e decidida: "Não, ele vai se chamar João" (Lc 1,60). Zacarias, que havia emudecido por duvidar das palavras do anjo, recobra a fala no exato momento em que assume a vontade divina e escreve na tabuinha: "João é o seu nome" (Lc 1,63).

Do idioma hebraico, João significa "Deus teve misericórdia". Ao escrever este nome, o silêncio disciplinar de Zacarias é finalmente quebrado. Rompe-se também a longa mudez da humanidade, que aguardava ansiosamente a salvação definitiva. O menino não pertencia apenas à sua família biológica; ele era propriedade da graça de Deus, destinado a crescer na austeridade do deserto para preparar o caminho do Senhor. Seu exemplo luminoso nos ensina que, muitas vezes, precisamos abrir mão das nossas velhas seguranças e de nossos apegos para acolher a verdadeira novidade que Deus quer inaugurar em nossa história pessoal e comunitária.

Mas qual é a grande lição de João Batista para nós hoje? A segunda leitura, nos Atos dos Apóstolos, nos dá a resposta precisa. São Paulo resume a missão do Precursor recordando que "João pregou um batismo de conversão" (At 13,24). Mesmo no auge de sua popularidade, quando muitos o confundiam com o Messias, o Batista declarou com impressionante humildade: "Eu não sou aquele que pensais que eu seja. Depois de mim vem aquele do qual não mereço desamarrar as sandálias" (At 13,25).

João atrai multidões, mas nunca retém as pessoas para si. Ele aponta unicamente para Cristo, vivendo na própria pele a certeza de que "é necessário que Ele cresça e que eu diminua".

Essa vocação profética é também de todos nós, fiéis desta bela e desafiadora Arquidiocese do Rio de Janeiro. Somos chamados a ser os novos batistas do nosso tempo. O nosso compromisso diário é preparar os caminhos do Senhor nos corações feridos, nos morros, nas favelas e nos asfaltos tão frequentemente marcados pela violência, no meio de uma juventude que tem sede de paz e de oportunidades.

O próprio Evangelho nos exige constantemente: precisamos ser uma Igreja viva, missionária e em estado permanente de saída ao encontro do próximo. Hoje, os nossos desertos são as ruas agitadas onde impera a indiferença, e os lares sem pão, sem diálogo ou sem esperança. É exatamente ali que Cristo deseja chegar através do nosso testemunho sincero e corajoso.

Que a Eucaristia de hoje renove o nosso ardor missionário e fortaleça a nossa fé. Que ela nos dê a intrepidez de São João Batista para anunciar a verdade do Evangelho e a humildade necessária para reconhecermos que somos apenas frágeis instrumentos nas mãos amorosas do Redentor.

Confiemos a nossa caminhada à proteção maternal de Maria. Ela, que subiu as montanhas às pressas para servir sua prima Isabel, nos ensine a ser sempre portadores da alegria divina, apontando sempre e unicamente para Jesus, a verdadeira luz do mundo.

ACUSAÇÃO**PF conclui que Flávio cometeu calúnia contra Lula nas redes**

ANDRÉ RICHTER/ABRASIL

A Polícia Federal (PF) concluiu nesta sexta-feira que o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) cometeu o crime de calúnia contra o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, em postagem nas redes sociais. A conclusão da PF consta no relatório final do inquérito aberto pelo mi-

nistro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), para apurar o caso.

A ação se trata da postagem feita por Flávio na rede social X, no dia 3 de janeiro deste ano, quando o ex-presidente da Venezuela Nicolás Maduro foi capturado pelos Estados Unidos.

Na publicação, o senador declarou: "Lula será delatado. É o fim do Foro de São Paulo: tráfico

internacional de drogas e armas, lavagem de dinheiro, suporte a terroristas e ditaduras, eleições fraudadas".

Na avaliação da PF, o senador imputou falsamente ao presidente os crimes citados.

"Fica claro, portanto, que o senador Flávio Bolsonaro, através de sua postagem, imputou falsamente ao presidente Lula o cometimento dos crimes de trá-

fico internacional de drogas, tráfico internacional de arma e lavagem de dinheiro, crimes estes expressamente tipificados em nosso ordenamento jurídico", disse a PF.

Após encerrar a investigação, a PF enviou o caso para providências do Supremo. O próximo passo será a remessa para a Procuradoria-Geral da República (PGR).

STF**Fachin suspende julgamento de recursos sobre Marco Temporal**

LAVÍNIA KAUCZ/AE

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Edson Fachin, pediu vista e suspendeu o julgamento de recursos contra a decisão que reafirmou a inconstitucionalidade do marco temporal para demarcação de terras indígenas. O julgamento era realizado no plenário virtual que estava previsto para encerrar nesta sexta-feira.

Em dezembro do ano passado, a Corte decidiu preservar a maior parte da Lei do Marco Temporal, mas derrubou a tese segundo a qual só teriam direito à demarcação os povos indígenas que ocupassem as terras pleiteadas na data da promulgação da Constituição, em 1988. Os ministros já haviam declarado a inconstitucionalidade dessa tese em 2023, mas o Congresso aprovou, dias depois, a lei recriando o marco temporal.

Diante do impasse, o ministro Gilmar Mendes, relator das ações contra a Lei do Marco Temporal, criou uma comissão para buscar um acordo sobre o tema com representantes da União, Estados, municípios, Congresso, setor produtivo e partidos.

Para entidades da sociedade civil, apesar de extinguir o marco temporal, a decisão provocou retrocessos em relação ao entendimento anterior do Supremo. A Corte manteve trechos da lei que são vistos pelo setor produtivo como importantes para dar mais transparência e segurança aos processos de demarcação.

Entre os pontos da lei que foram mantidos pelo Supremo, estão critérios mais amplos para indenizações aos proprietários, a permissão para as comunidades realizarem atividades econômicas e a garantia de partici-



FABIO RODRIGUES POZZEBOM/ABRASIL

pação de Estados, municípios e proprietários desde o início do procedimento de demarcação de terras indígenas.

O Supremo ainda reconheceu a omissão do Estado brasileiro por não concluir a demarcação das terras indígenas em até cinco anos, como foi previsto na Constituição de 1988. Para corrigir a falha, a Corte deu dez anos para o governo federal concluir todos os processos de demarcação pendentes.

Entre os recursos, está um pedido da União que solicitou a ampliação do prazo de 180 dias para adotar ações que ajudem a prevenir conflitos no campo. A decisão de dezembro de 2025 determinou uma série de medidas para a União com base no que foi discutido na comissão que buscou um acordo sobre o tema no Supremo. Uma delas é a divulgação, pela Funai, de uma lista de reivindicações de terras por povos indígenas.

MINISTROS DIVERGEM

O relator, Gilmar Mendes, votou para rejeitar todos os recursos e manter a decisão de dezembro de 2025 na íntegra. Ele foi acompanhado pelo ministro Alexandre de Moraes.

Já o ministro Cristiano Zanin abriu uma divergência em relação à indenização aos proprietários. Para ele, devem permanecer os critérios estabelecidos pelo Supremo em 2023. Na época, a Corte determinou que é responsabilidade da União indenizar os proprietários que ocupavam as terras de boa-fé.

Ainda de acordo com a decisão de 2023, foram criadas duas situações distintas para a indenização: onde já havia conflito pelas terras antes da promulgação da Constituição, os atuais ocupantes têm direito à indenização apenas das benfeitorias (como plantações e construções). Onde não havia

essa reivindicação indígena em 1988, o Supremo entende que a ocupação se deu por boa-fé e os proprietários têm direito à indenização também pela terra-nua.

Para Zanin, a Lei do Marco Temporal flexibilizou as exigências para comprovar a boa-fé dos proprietários - e, por consequência, para pagar as indenizações. Ao julgar a lei em 2025, o Supremo admitiu que a indenização pela terra nua ocorra com base em um simples documento que comprove a concessão estatal da área.

Zanin destacou que a regra deve ser a não indenização. "A exceção, indenização pelas benfeitorias de boa-fé e, nas hipóteses muito específicas admitidas pelo Tema 1031, pelo valor da terra nua, exige demonstração rigorosa dos seus pressupostos, sob pena de se converter em instrumento de premiação de ocupações legítimas", afirmou.

JOGATINA**Viúva relata como vício em bets levou marido policial a acumular dívida**

LEONARDO SIQUEIRA/AE

Raquel Maria, viúva do tenente da Polícia Militar de Goiás, Danilo Lopes Negrão, que morreu aos 41 anos após desenvolver vício em bets, relatou o caso nas redes sociais na última segunda-feira. O policial acumulou quase R\$ 1 milhão em dívidas com apostas online iniciadas durante a Copa do Mundo de 2022. Segundo ela, ele teve um quadro de depressão e cometeu suicídio em 2023.

No vídeo, a enfermeira afirma que quer ajudar outras famílias com o seu relato. "A tragédia é real, é uma tragédia anunciada. Se você puder parar, pare de jogar. Espero muito que vocês não joguem mais. Eu sei que é tentador ver que, de alguma forma você pode ganhar um di-

nheiro, mas não, uma hora vai dar ruim", disse

Segundo Raquel, Danilo começou a ganhar dinheiro com as apostas, mas, com o passar do tempo, perdeu uma grande quantidade. O tenente apostava tudo o que ganhava, "jogava de imediato" e, em dado momento, recorreu a empréstimos para continuar.

Ela e os familiares perceberam mudanças no comportamento do tenente, que passou a apresentar sinais de ansiedade e depressão e iniciou acompanhamento psicológico e médico. Sete meses depois da Copa do Mundo, Danilo faleceu, deixando uma filha de cinco anos.

"Não joguem, não joguem com consciência, não joguem pouco, não joguem muito, não joguem nada", alertou Raquel

em vídeo que já acumula 86 mil visualizações no Instagram.

Um internauta comentou na publicação de Raquel que ganhou cerca de R\$ 10 mil em duas semanas. Depois, deixava de trabalhar para apostar e começou a perder e se endividar. "Perdi uns R\$ 40 mil e nunca mais apostei".

ONDE BUSCAR AJUDA

Se você está passando por sofrimento psíquico ou conhece alguém nessa situação, veja abaixo onde encontrar ajuda:

CCVV

Se estiver precisando de ajuda imediata, entre em contato com o Centro de Valorização da Vida (CVV), serviço gratuito de apoio emocional que disponibiliza atendimento 24 horas por

dia. O contato pode ser feito por e-mail, pelo chat no site ou pelo telefone 188.

CANAL PODE FALAR

Iniciativa criada pelo Unicef para oferecer escuta para adolescentes e jovens de 13 a 24 anos. O contato pode ser feito pelo WhatsApp, de segunda a sexta-feira, das 8h às 22h.

SUS

Os Centros de Atenção Psicossocial (Caps) são unidades do Sistema Único de Saúde (SUS) voltadas para o atendimento de pacientes com transtornos mentais. Há unidades específicas para crianças e adolescentes. Na cidade de São Paulo, são 33 Caps Infantojuvenis e é possível buscar os endereços das unidades nesta página.

CUIDADO COM MALUCOS

Marinha lança fragata e Lula fala em reforçar defesa do país

MARCELO BRANDÃO/ABRASIL

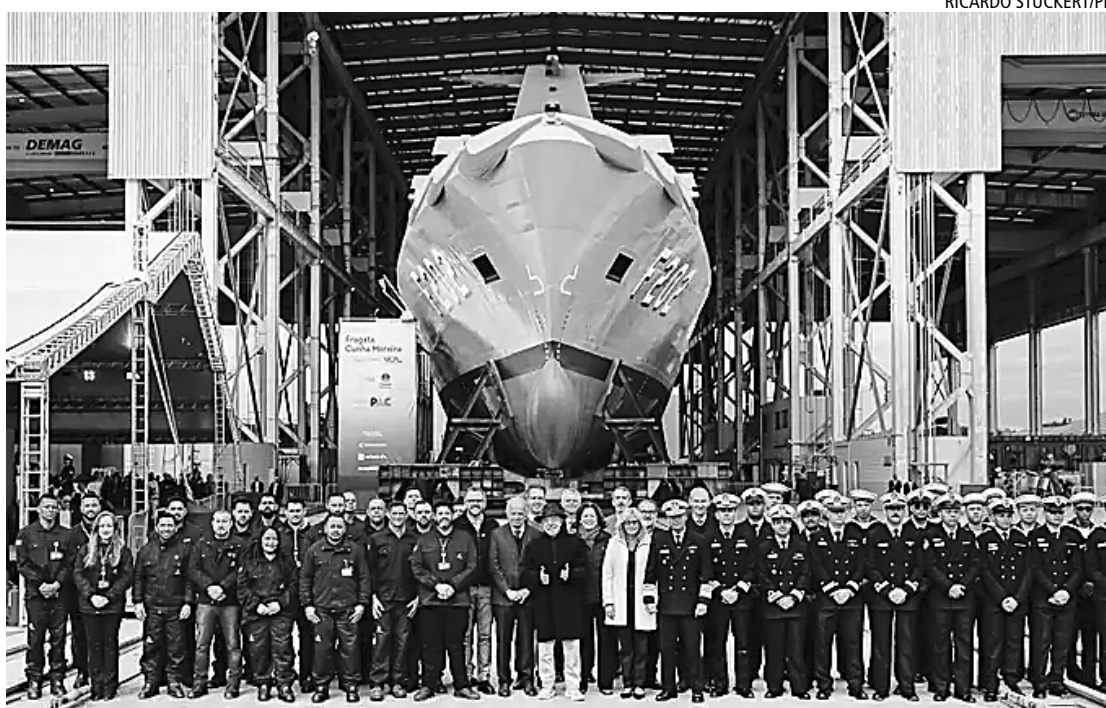
A Marinha lançou, nesta sexta-feira, em Itajaí (SC) a Fragata Cunha Moreira. Fragatas são navios de guerra velozes, aptos a participar de operações de defesa e escolta. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (foto) participou do lançamento e destacou a importância de fortalecer a defesa do país contra ameaças estrangeiras.

"Eu não quero guerra. Mas eu também não quero ser pego de surpresa. Eu tenho que me cuidar. Tá cheio de maluco no mundo. Agora mesmo, o presidente americano quer tomar a Groenlândia, o Canadá, o Canal do Panamá. Aonde que nós estamos?", disse presidente Lula.

Em seguida, se referiu à fragata como um símbolo da defesa da soberania do país. "Isso não é (só) um navio. É o começo de um país que vai assumir, de fato e de direito, o direito de ser soberano, de tomar conta do seu nariz e estar preparado. É isso que temos que fazer daqui pra frente".

Lula ainda defendeu a criação de um projeto estratégico de defesa, classificando o atual momento como o de "maior concentração de conflito da história da humanidade depois da 2ª Guerra Mundial".

"Para as pessoas saberem que não queremos briga com



RICARDO STUCKERT/PR

ninguém, mas que estaremos preparados para defender nossos 8,5 milhões de quilômetros quadrados e nossos 215 milhões de habitantes", acrescentou.

FRAGATA

A Fragata "Cunha Moreira" foi construída no Brasil, em Itajaí, com mão de obra nacional e transferência de tecnologia. Foram construídas também outras duas fragatas e lançadas, a "Tamandaré" e "Jerônimo de Albuquerque". A quarta fragata da

Classe Tamandaré, "Mariz e Barros", está em construção.

A Fragata "Cunha Moreira" poderá atingir a velocidade de 25 nós, que equivale a cerca de 47 km/h. Os enormes navios possuem 107 metros de comprimento, dotados de convoo, hangar de helicóptero, radares, sensores e armamentos, com deslocamento de até 3.465 toneladas.

O Programa Fragata Classe Tamandaré é uma parceria entre a Marinha e a Sociedade de Propósito Específico Águas Azuis,

formada pelas empresas TKMS, Embraer e Atech, e gerenciado pela empresa Emgepron.

"O poder naval, pilar à proteção de recursos, fluxos logísticos e instrumento de tempestiva resposta do Estado, adquire centralidade ao se analisar disputas atuais na conjuntura internacional e crescentes inclinações de atores soberanos em mobilizar vetores navais visando intimidar nações", afirmou o Comandante da Marinha, Marcos Olsen.

FORAGIDA NA ITÁLIA

AGU entrega defesa do Brasil em 2º pedido de extradição de Zambelli

LULA MARQUES/ABRASIL



RAISA TOLEDO/AE

A Advocacia-Geral da União (AGU) acionou a Corte de Cassação, última instância do Judiciário italiano, na quinta-feira passada, para apresentar a defesa do Estado brasileiro em um segundo processo de extradição da ex-deputada Carla Zambelli (PL-SP) (foto). A ação tramita em sigilo e deve ser analisada no dia 1º de julho.

O documento protocolado tem informações fornecidas pelo Supremo Tribunal Federal (STF) para demonstrar a regularidade da condenação e atender garantias formais solicitadas pelo tribunal europeu para permitir o envio da exparlamentar ao Brasil.

Trata-se de um segundo pedido de extradição, relativo ao processo em que Carla Zambelli foi condenada a cinco anos e três meses de reclusão por constrangimento ilegal e porte ilegal de arma de fogo. Às vésperas do segundo turno das eleições de 2022, ela se desentendeu com o jornalista Luan Araújo após um ato político em São Paulo e o perseguiu com uma pistola em punho pelas ruas do bairro Jardins.

A AGU afirmou que o Brasil observa os parâmetros estabelecidos pelo Tratado de Extradução entre os dois países e as normas internacionais de cooperação jurídica em matéria penal. Também reafirmou "compromisso permanente do Estado brasileiro com a cooperação jurídica internacio-

nal, instrumento essencial para a efetividade da jurisdição penal, o cumprimento das decisões judiciais e o combate à impunidade."

Entre as garantias exigidas pelas autoridades italianas está a previsão de cumprimento da pena na Penitenciária Feminina de Brasília; o acesso da ex-deputada a advogados, familiares e à representação diplomática da Itália e a possibilidade de envio periódico de informações às autoridades italianas, mediante solicitação formal.

O novo pedido de extradição será analisado após a Corte de Cassação rejeitar em maio a entrega de Zambelli ao Brasil no processo em que ela foi condenada pela invasão dos sistemas do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Em decisão divulgada em 12 de julho, a Justiça italiana apontou parcialidade do ministro Alexandre de Moraes, relator do caso, como motivo para anular a extradição. Segundo a decisão, ele atuou sob "dupla veste", como julgador e de pessoa afetada pelo crime imputado a Zambelli. Na ocasião da invasão ao sistema do CNJ, foi inserido um mandato de prisão falso contra Moraes.

Nesse segundo processo, o relator é o ministro Gilmar Mendes. Em agosto do ano passado, o plenário do STF condenou a ex-deputada por 9 votos a 2 no crime de porte ilegal de arma e por 10 votos a 1 no de constrangimento ilegal. Ela já havia deixado o Brasil.

PROTEÇÃO GARANTIDA

Mendonça fica com apuração sobre dinheiro de Vorcaro em Dark Horse

ANDRÉ RICHTER/ABRASIL

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Edson Fachin, decidiu que o ministro André Mendonça (foto) será o relator de pedido para apurar os pagamentos do banqueiro Daniel Vorcaro para o filme Dark Horse, a cinebiografia do ex-presidente Jair Bolsonaro. Mendonça também é relator do caso Master na Corte.

O caso chegou ao Supremo após o deputado federal Lindbergh Farias (PT-RJ) solicitar a investigação sobre o pedido de dinheiro feito a Vorcaro pelo senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ), pré-candidato à presidência da República, para o custeio da produção.

A MOVIMENTAÇÃO

Lindbergh enviou o pedido de investigação ao ministro Alexandre de Moraes, por entender que há ligação entre o financiamento do filme e as condutas do ex-deputado Eduardo Bolsonaro para fomentar o tarifaço contra o Brasil. Eduardo é apontado como um dos produtores-executivos do filme.

Moraes é o relator do caso que envolve Eduardo, que, na



ADILSON RODRIGUES/AGÊNCIA SENADO

semana passada, foi condenado a quatro anos e dois meses de prisão pelo crime de coação no curso do processo.

Contudo, Moraes pediu um parecer da Procuradoria-Geral da República (PGR), e o órgão entendeu que o caso deve ser enviado a Mendonça, por envolver Vorcaro.

Coube ao presidente do STF dar palavra final e fixar que Mendonça será o relator do caso.

DARK HORSE

O filme que retrata a vida política de Bolsonaro ganhou destaque após o site The Intercept revelar que Flávio Bolsonaro pe-

diu dinheiro a Vorcaro para financiar as gravações.

Após a divulgação da conversa entre Flávio e Vorcaro, ocorrida em novembro do ano passado, o senador negou ter combinado qualquer vantagem indevida com o banqueiro e disse que os recursos eram privados.

NR-1

Mendonça suspende multas de norma sobre saúde mental no trabalho

ANDRÉ RICHTER/ABRASIL

O ministro André Mendonça, do Supremo Tribunal Federal (STF), decidiu suspender por 90 dias as sanções previstas na Norma Regulamentadora nº 1 (NR-1), que trata das regras sobre saúde mental no trabalho.

A suspensão ocorreu na quinta-feira passada após a Confederação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino (Con-

fenen), entidade que reúne os sindicatos patronais, questionar a validade da norma.

Mendonça entendeu que a NR-1 criou "conceitos abertos e subjetivos" sobre as condutas que podem levar à punição das empresas.

O ministro citou ainda que a "falta de clareza" pode ofender diversos princípios constitucionais.

"A previsão de conceitos abertos, subjetivos e sem a devida cla-

reza quanto às condutas (omissivas e comissivas) esperadas e as respectivas sanções aplicáveis em caso de descumprimento parecem, ao menos em sede cautelar, contrárias aos princípios da legalidade, da taxatividade, do devido processo legal e, especialmente, da segurança jurídica", justificou Mendonça.

O ministro também determinou a abertura de uma conciliação entre as partes envolvidas

no processo. O caso será conduzido pelo Núcleo de Solução Consensual de Conflitos (Nusol) do Supremo.

As regras sobre saúde mental no trabalho começaram a valer no dia 26 de maio deste ano.

Entre as obrigações previstas na norma, as empresas deverão identificar fatores de risco psicossociais relacionados ao trabalho, como casos de assédio e de sobrecarga de trabalho.

SÃO PAULO

Ecovias adia início do pedágio free flow na Anchieta-Imigrantes

ADRIANA VICTORINO/AE

A Ecovias adiou o início da operação do sistema de pedágio eletrônico sem cancelas, conhecido como free flow, no Sistema Anchieta-Imigrantes. A cobrança automática estava prevista para começar em 1º de julho, mas a concessionária informou que ainda realiza testes operacionais e aguarda autorização da Agência de Transporte do Estado de São Paulo (Artesp) para iniciar a operação definitiva.

Segundo a empresa, não há uma nova data definida para o início da cobrança. A concessionária afirmou que o começo da operação dependerá da conclusão do processo de homologação e da autorização do órgão regulador.

"Atualmente, a Ecovias realiza testes operacionais para a garantia dos processos quando da autorização do início da operação", informou em nota. A concessionária acrescentou que a data de início será comunicada com antecedência aos usuários.

De acordo com a Ecovias, os testes envolvem a calibração dos equipamentos e a análise de variáveis operacionais, incluindo condições que podem afetar a leitura das imagens captadas pelos sistemas, como a ocorrência de neblina em trechos da serra.

A fase de testes do free flow

começou em 11 de junho, após a conclusão da instalação dos pórticos equipados com câmeras e sensores nas rodovias Anchieta e Imigrantes, principais acessos entre a capital paulista e a Baixada Santista.

O novo modelo substituirá a cobrança tradicional por um sistema eletrônico capaz de identificar os veículos por meio da leitura das placas ou das tags instaladas nos automóveis. Com isso, os motoristas não precisarão parar em cabines para efetuar o pagamento.

Atualmente, a tarifa é cobrada apenas no sentido litoral e custa R\$ 38,70. Com a entrada em operação do free flow, o valor permanecerá o mesmo, mas será dividido entre os dois sentidos da viagem: R\$ 19,35 na descida e R\$ 19,35 na subida.

A instalação do novo sistema teve início em fevereiro deste ano. O primeiro pórtico foi montado no km 33 da Via Anchieta, no sentido litoral, enquanto uma segunda estrutura foi instalada no sentido contrário.

As atuais praças de pedágio continuarão em funcionamento, ao menos inicialmente. Segundo a concessionária, elas serão mantidas para possibilitar a realização da Operação Comboio, utilizada em períodos de neblina intensa na serra, quando os veículos precisam trafegar escoltados.

**RECUPERAÇÃO AMBIENTAL**

Programa inicia nova etapa com investimento de R\$ 39,5 milhões

A Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade (Seas), o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e a Aegea Saneamento apresentaram, na quarta-feira passada, o resultado do edital Florestas do Rio, vinculado ao Programa Estadual Florestas do Amanhã. Com investimento previsto de R\$ 39,5 milhões, a iniciativa vai viabilizar a restauração de 482 hectares de vegetação nativa em dez municípios fluminenses. Ao todo, sete instituições serão responsáveis pela execução dos projetos.

A nova etapa do programa, anunciada em cerimônia na sede da Seas, no Centro do Rio, reforça a estratégia estadual de ampliação da cobertura florestal em áreas prioritárias para a produção de água e conservação da biodiversidade. Os municípios que integram a nova fase são Cachoeiras de Macacu, Itaboraí, Magé, Silva Jardim, Paracambi, Miguel Pereira, Rio de Janeiro, Engenheiro Paulo de Frontin, Maricá e Rio Bonito.

O edital também amplia o escopo das ações do programa ao incluir a recuperação de 18,7 hectares de manguezais em áreas estratégicas para a conservação ambiental do estado. As intervenções ocorrerão no fundo da Baía de Guanabara, em Magé, e na Reserva Biológica Estadual de Guaratiba, localizada na Baía de Sepetiba, na capital fluminense.

Além da recuperação da vegetação nativa, os projetos preveem ações de mobilização social, capacitação de produtores rurais e fortalecimento das cadeias produtivas da restauração florestal, ampliando os benefícios ambientais, econômicos e sociais nos territórios atendidos.

A nova etapa reforça uma parceria que vem impulsionando a restauração ecológica

no Rio de Janeiro e é considerado o maior programa estadual de restauração florestal do país.

Com o edital Florestas do Rio, os números do programa chegam a mais de R\$ 100 milhões investidos, o plantio de mais de 2,15 milhões de mudas e a recuperação de mais de 1.294 hectares de Mata Atlântica em 18 municípios fluminenses. As ações já geram mais de 3 mil empregos e vêm contribuindo para a proteção de mananciais estratégicos para o abastecimento de água da população.

Além da recuperação de áreas degradadas, as ações promovidas pelo programa fortalecem a conectividade entre fragmentos florestais, favorecem a proteção de recursos hídricos e ampliam as condições para o retorno da fauna silvestre. Registros recentes realizados em áreas restauradas identificaram espécies como anta, onça-parda e jaguatirica, evidenciando os impactos positivos da restauração ambiental.

Os sete projetos selecionados atuarão em diferentes realidades ambientais do estado. As iniciativas incluem a restauração de áreas de Mata Atlântica em unidades de conservação, propriedades rurais e áreas públicas municipais, além da recuperação de manguezais, implantação de polos de restauração florestal e fortalecimento da assistência técnica a produtores rurais.

A meta do Governo do Estado é reflorestar 440 mil hectares de Mata Atlântica até 2050, elevando a cobertura vegetal fluminense dos atuais 30% para 40%. A expectativa é que os investimentos em restauração ecológica ultrapassem R\$ 500 milhões nos próximos anos, ampliando o alcance das ações em diferentes regiões do estado.

SAÚDE

Ministério inicia projeto-piloto com semaglutida no SUS

PAULA LABOISSIÈRE/ABRASIL

O Ministério da Saúde anunciou nesta sexta-feira o início do uso da semaglutida em pacientes atendidos pelo Sistema Único de Saúde (SUS) em um projeto-piloto no Rio Grande do Sul. Participarão do projeto pacientes acompanhados pelo Grupo Hospitalar Conceição, no Rio Grande do Sul.

A semaglutida é o princípio ativo de um dos medicamentos da classe dos agonistas do receptor GLP 1, popularmente conhecidos como canetas emagredoras.

O projeto-piloto pretende avaliar a efetividade, o impacto clínico e o custo do uso desse tipo de medicamento no tratamento da obesidade no SUS. Em nota, a pasta informou que serão contemplados 250 pacientes do SUS já acompanhados pelo Grupo Hospitalar Conceição com obesidade grave ou associada a outras morbidades, como comprometimento cardíaco, além de indicação para cirurgia bariátrica.

"Esse público reflete o perfil assistencial da unidade, na qual 91% dos pacientes com obesidade apresentam a forma mórbida da doença. Dentre esses, apenas 47% possuem condições clínicas para realização de cirurgia bariátrica. A comorbidade mais prevalente nesse grupo é a hipertensão arterial", destacou o ministro. Ao longo de dois anos de estudo, serão avaliados indicadores considerados es-

senciais para compreender como o tratamento pode ser adaptado à realidade do SUS, como o percentual de perda de peso, a evolução da qualidade de vida, resultados de exames clínicos, condições pós-operatórias e os custos dos processos.

A pesquisa será realizada com recursos transferidos ao hospital pela Fundação de Apoio da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), provenientes de aporte financeiro da produtora do medicamento.

SELEÇÃO

Além de já realizarem acompanhamento médico no Grupo Hospitalar Conceição, os pacientes selecionados precisam ter diagnóstico de obesidade estabelecido há pelo menos 12 meses e apresentar falha documentada no tratamento clínico convencional, como dietas estruturadas e prática regular de atividade física por pelo menos dois meses. Outro requisito é ter capacidade de compreender e realizar a autoaplicação da medicação ou contar com um cuidador para esse procedimento.

CANETAS NO SUS

Em agosto do ano passado, a Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no Sistema Único de Saúde (Conitec) recomendou ao Ministério da Saúde não incorporar a liraglutida e a semaglutida, princípios ativos de medicamentos agonistas GLP-1, no SUS.

TRAGÉDIA

Venezuela tem 920 mortos por causa de terremotos

O presidente da Assembleia Nacional da Venezuela, Jorge Rodríguez, informou nesta sexta-feira que o número de mortos no país por causa dos terremotos, na última quarta-feira subiu para 920.

Ao anunciar os dados mais recentes em uma transmissão televisiva, ele acrescentou que os feridos chegam a 3.360, 172 pessoas continuam presas sob os escombros e mais de 4.000 estão desalojadas.

O país, segundo Rodríguez, registrou, até o momento, 302 réplicas após os dois terremotos consecutivos, que provocaram graves danos em Caracas, na capital, e outras cidades, como La

Guaira, Aragua, Miranda, Carabobo, Falcón e Yaracuy.

CONTRA O TEMPO

Equipes de resgate formadas por venezuelanos e estrangeiros correm contra o tempo para encontrar sobreviventes sob os escombros.

O Serviço Geológico dos Estados Unidos previu um alto potencial para mais de 10.000 mortes, o que situaria o duplo terremoto entre os mais mortais da América Latina no último século.

A cidade costeira de La Guaira foi uma das mais afetadas, com a destruição de 100 edifícios.

Jennifer Palacios, de 25 anos, disse que os tremores ocorreram

quando ela estava por um breve momento fora de casa, no complexo habitacional Hugo Chávez, composto por oito torres e nomeado em homenagem ao falecido líder socialista da Venezuela, soterrando seu filho de 6 anos e outros cinco parentes.

"Foi a comunidade que conseguiu resgatar as pessoas com vida", disse ela, sentada em uma cadeira de plástico em frente aos escombros. "Precisamos que tragam guindastes para remover as lajes. Ainda há pessoas presas."

Rodovias estão rachadas e dezenas de prédios ficaram reduzidos a pedaços de concreto quebrado e metal retorcido. Algumas ruínas estavam pichadas

com os nomes dos edifícios, numa tentativa de ajudar os socorristas a identificar os locais, segundo a Agência Reuters.

O governo da presidente interina Delcy Rodríguez, que assumiu o poder após os Estados Unidos capturarem seu antecessor, em janeiro, prometeu um grande envio de ajuda. A televisão estatal exibiu imagens dela em visita a La Guaira na quinta-feira.

Mas por enquanto a ajuda tem sido, de modo geral, irregular nesta sexta-feira, com autoridades como bombeiros, polícia, defesa civil e militares nas ruas em alguns lugares, mas ausentes ou com presença mínima em outros.

Segurei firme no batente até todos os andares desabarem', conta resgatada

Uma mulher foi resgatada com vida na quinta-feira, passada, após ficar presa nos escombros do prédio onde morava em La Guaira, durante os terremotos que atingiram a Venezuela na quarta-feira passada.

Graciela Mora ficou presa nas ruínas do edifício, mas conseguiu estender os braços para ser puxada por voluntários que participavam das buscas por sobreviventes. Um vídeo mostra o momento em que os homens conseguem retirá-la completamente dos escombros e colocá-la em uma maca.

Ainda no local do desabamento, a mulher afirmou que, quando os tremores começaram, agarrou-se o mais forte que pôde ao batente da porta. Se-

gundo ela, a força empregada foi tanta que acabou quebrando um dedo.

"Eu me segurei firme, muito firme, ao batente da porta até todos os andares desabarem", disse Graciela. Ela relatou ainda ter se separado de uma amiga após o desabamento. "Então vi a mão dela assim e a segurei. E minha amiga tinha desaparecido. Isso ainda não me deu a chance de chorar... e ainda não me deu a chance de chorar." Apesar de ferida, Graciela estava consciente e recebeu atendimento médico.

A presidente interina da Venezuela, Delcy Rodríguez, confirmou nesta sexta-feira, que o número de vítimas fatais chegou a 920. Na noite anterior, o ministro da Saúde da Venezuela, Car-

los Alvarado, havia confirmado a morte de 235 pessoas, com pelo menos 4,3 mil feridos.

O número de vítimas fatais ainda deve subir, já que as buscas por desaparecidos continuam. O número de desaparecidos foi atualizado pela última vez na tarde de quinta-feira, quando o presidente da Assembleia Nacional da Venezuela, Jorge Rodríguez, informou que 157 pessoas ainda não haviam sido localizadas e que mais de 200 permaneciam presas sob os escombros.

No entanto, uma plataforma extraoficial já registra mais de 50 mil desaparecidos até a tarde desta sexta-feira, 26. Os dados são atualizados pela população e não têm confirma-

ção oficial do governo venezuelano.

O Estado de La Guaira, onde Graciela morava, foi o mais afetado pelos terremotos. Delcy classificou a região como "zona de desastre" e afirmou que a situação exige a adoção de medidas excepcionais para lidar com o desabamento de dezenas de edifícios e a paralisação total de infraestruturas estratégicas

O ministro do Interior, Justiça e Paz da Venezuela, Diosdado Cabello, afirmou nesta sexta-feira que cerca de 70 mil famílias foram afetadas pelos terremotos em La Guaira. Segundo ele, o foco inicial é resolver os problemas mais graves da região, como a falta de alimentos e de água.

GUERRA

Centcom confirma ataques dos EUA no Estreito de Ormuz, no Irã

DARLAN DE AZEVEDO
E LAÍS ADRIANA/AE

O Comando Central dos Estados Unidos (Centcom, na sigla em inglês) confirmou na tarde desta sexta-feira, ter conduzido ataques contra o Irã, em resposta a ofensiva persa contra navios comerciais no Estreito de Ormuz na véspera. Poucos minutos antes do comunicado, a Axios havia adiantado que operações americanas estão sendo realizadas no estreito, em meio a relatos da mídia iraniana sobre barulhos de explosões.

Em publicação na rede social X, o órgão afirmou que a ofensiva foi uma resposta ao ataque iraniano contra um navio comercial que transitava pelo estreito na quinta-feira passada. Segundo o Centcom, foram atingidos depósitos de mísseis e drones, além de instalações de radar costeiro do Irã.

Estes são os primeiros ataques entre EUA e Irã desde que os dois países assinaram, no último dia 17, um acordo provisório de paz para colocar fim à guerra, iniciada no fim de fevereiro.

Segundo a agência iraniana Nour News, houve um ataque a um píer na cidade de Sirik, na porção leste do Estreito de Ormuz, ao sul do Irã.

A ação americana ocorre horas depois de o presidente dos Esta-

dos Unidos, Donald Trump, acusar o Irã de atacar navios que atravessam o Estreito de Ormuz com drones. Em coletiva de imprensa, o republicano evitou responder a perguntas se realizaria nova ofensiva contra o país persa e se o recrudescimento de tensões sinalizaria um fim do cessar-fogo, afirmando apenas "vocês vão ver" aos repórteres presentes.

dos Unidos, Donald Trump, acusar o Irã de atacar navios que atravessam o Estreito de Ormuz com drones. Em coletiva de imprensa, o republicano evitou responder a perguntas se realizaria nova ofensiva contra o país persa e se o recrudescimento de tensões sinalizaria um fim do cessar-fogo, afirmando apenas "vocês vão ver" aos repórteres presentes.

TRUMP

O presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, voltou a reprimir os recentes ataques do Irã no Estreito de Ormuz, ressaltando que a guerra impediu Teerã de desenvolver armamento nuclear. "Eles não podem fazer essas coi-

zas", disse o republicano sobre ataques iranianos à navios no Golfo Pérsico, em discurso como atração principal da conferência de Políticas da Coalizão 'Fé e Liberdade', em Washington.

O presidente americano frisou que "o Irã ainda tem alguma capacidade militar, mas não muita". Mais cedo, o mandatário comentou que o Irã atirou ao menos quatro drones de ataque unidirecional contra embarcações que atravessavam a via.

Com a reabertura gradual de Ormuz e o recuo dos preços do petróleo, Trump ainda afirmou acreditar que a gasolina vai cair para US\$ 2,50 o galão "muito em breve" nos EUA.

NEGOCIAÇÕES

EUA, Israel e Líbano assinam estrutura de acordo trilateral para encerrar conflito

PEDRO LIMA E LAÍS ADRIANA/AE

Os Estados Unidos, Israel e o Líbano chegaram a uma estrutura de acordo para encerrar o conflito entre israelenses e o Hezbollah, após a quinta rodada de negociações mediadas por Washington. O secretário de Estado dos EUA, Marco Rubio, anunciou nesta sexta-feira, o entendimento, mas ressaltou que "este é apenas o começo" e que "há muito trabalho pela frente". O embaixador de Israel

nos EUA, Yechiel Leiter, afirmou que o marco trilateral será baseado no cumprimento de compromissos pelas partes.

Segundo uma fonte ouvida pelo The Times of Israel, o acordo prevê que as Forças de Defesa de Israel (IDF, na sigla em inglês) iniciem uma retirada parcial do sul do Líbano. As tropas israelenses deixariam duas áreas dentro da zona de segurança estabelecida por Israel ao longo da fronteira e seriam substituídas por integrantes das

Forças Armadas libanesas. De acordo com a fonte, essas regiões já foram desocupadas de infraestrutura do Hezbollah pelas IDF.

Ainda conforme o veículo, o entendimento foi alcançado no quarto dia da quinta rodada de negociações em Washington, após as partes superarem divergências que impediram um acordo no prazo inicialmente previsto.

As conversas ocorreram em meio ao descontentamento de

Israel e do Líbano com o memorando firmado pelos EUA com o Irã na semana passada, que incluiu um cessar-fogo no território libanês.

Segundo a publicação, ambos os governos avaliaram que o entendimento reduziu a influência das negociações diretas mediadas por Washington e fortaleceu o papel de Teerã nos assuntos de Beirute, levando israelenses e libaneses a endurecerem suas posições durante as tratativas.